

Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

**Desenvolvimentos e Desafios das Relações Japão-África –
Estudo de Caso na Cooperação Económica em Moçambique**

Kanako Shimada

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Estudos Internacionais

Orientador:

**Doutor Fernando Jorge de Castro Teixeira Cardoso, Professor Associado Convidado,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa**

Co-orientador:

**Doutor Pedro Miguel Amakasu Raposo de Medeiros Carvalho, Professor Auxiliar Convidado,
Instituto Superior Economia e Gestão (ISEG), Universidade de Lisboa**

Outubro, 2017



Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

Desenvolvimentos e Desafios das Relações Japão-África –
Estudo de Caso na Cooperação Económica em Moçambique

Kanako Shimada

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Estudos Internacionais

Orientador:

Doutor Fernando Jorge de Castro Teixeira Cardoso, Professor Associado Convidado,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Co-orientador:

Doutor Pedro Miguel Amakasu Raposo de Medeiros Carvalho, Professor Auxiliar Convidado,
Instituto Superior Economia e Gestão (ISEG), Universidade de Lisboa

Outubro, 2017

Agradecimento

Antes de iniciar o corpo da dissertação, gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao Sr. Professor Doutor Fernando Jorge de Castro Teixeira Cardoso, Professor Associado Convidado do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, assim como ao Sr. Professor Doutor Pedro Miguel Amakasu Raposo de Medeiros Carvalho, Professor Auxiliar Convidado do Instituto Superior Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa. O apoio de ambos foi determinante na elaboração deste projecto, pois quando sentia dificuldades em prosseguir, devido à profissão e à imaturidade na língua científica portuguesa, sempre me encorajaram, dando conselhos e partilhando os seus conhecimentos académicos e profissionais para que pudesse ter forças para dar continuidade ao projecto.

Agradeço também a todos os membros das embaixadas e organizações governamentais japonesas, em Portugal e em Moçambique, que acolheram este meu projecto académico e me ajudaram a recolher a informação necessária. Especialmente, o Senhor Doutor Koji Yokoyama, Representante da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) em Moçambique, que, dada a relevância do estudo, partilhou alguma informação privilegiada, a título excepcional, referente a informações concretas sobre os projectos de cooperação económica ainda em curso, assim como se disponibilizou para responder, com sinceridade, às questões delicadas que lhe fui colocando durante a entrevista em Maputo.

Os meus sinceros agradecimentos à minha família por todo o apoio, compreensão e confiança, mas sobretudo pelos ensinamentos de vida; e ainda ao meu grande amigo André Graciano Chimanda por me ter dado todo o apoio, incentivando-me constantemente, razão pela qual consegui dar mais este passo em termos académicos que, com certeza, terá repercussões também a nível pessoal e profissional.

Esta etapa que agora termino, não seria possível sem a ajuda e intervenção de tantas pessoas, que, directa ou indirectamente, se cruzaram no meu percurso de estudo e de vida, que atravessou três continentes: Ásia, Europa e África... não podendo enumerar cada um, gostaria de deixar aqui o meu obrigada sincero.

Resumo

As relações entre o Japão e África, do fim da IIGM até ao presente, podem ser analisadas sob vários aspectos, reflectindo diversos motivos nos vários períodos em análise. No pós-guerra fria o Japão formalizou a sua política externa para África através da Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento dos Países Africanos (TICAD), e na formulação de Cartas de APD em 1992 e 2003, e da Carta da Cooperação para o Desenvolvimento em 2015 que substituiu a primeira carta de 1992 revista em 2003. Nas últimas edições da TICAD, principalmente após a quarta edição em 2008, os temas abordados foram centralizados no crescimento económico sustentável e na participação do sector privado. Relativamente às relações entre o Japão e os PALOP, desde o reestabelecimento da sua diplomacia na segunda metade da década de 1970, o Japão tem esforçado-se para contribuir para o desenvolvimento sócio-económico, através da APD e do investimento directo privado. De todos os PALOP, é com Moçambique que o Japão tem mantido a relação mais construtiva e amigável desde que participou na operação de manutenção de paz da ONU em 1992. Nos últimos anos, a cooperação económica tem sido incrementada, devido à influência da visita oficial do Primeiro-Ministro japonês a Moçambique em 2014. No entanto, procuram-se ainda formas mais eficazes para melhorar o desenvolvimento e a cooperação económica, havendo críticas aos projectos da APD japonesa em curso, o que representa um desafio para ambos os lados.

Palavras-chave: Japão, TICAD, APD, PALOP, Moçambique, Cooperação Económica, CPLP

Abstract

The relations between Japan and Africa, from the end of the Second World War to the present, can be analysed under several aspects, reflecting various motives per period. In the post-Cold War Japan has formalized his foreign policy to Africa through the various editions of the Tokyo International Conference for African Development (TICAD), the formulation of the ODA Charters in 1992 and 2003, and the Development Cooperation Charter in 2015 that replaced the first Charter of 1992 revised in 2003. In the latest editions of TICAD, in particular after the fourth in 2008, the themes were centered on sustainable economic growth and participation of private sector. As for relations between Japan and the PALOP countries, since the reestablishment of their diplomacy in the second half of the 1970s, Japan has contributed to social-economic development through ODA and private direct investment. Fom all PALOP, it is with Mozambique that Japan has maintained the most constructive and friendly relationship, participated in the UN peacekeeping operation in 1992, and in recent years, economic cooperation has been increased due to the influence of the official visit of the Japanese Prime-Minister to Mozambique in 2014. However, because of criticism for the ongoing Japanese ODA projects in Mozambique, there are still demands to find effective ways of implementing economic cooperation, therefore, represents a challenge to both sides.

Keywords: Japan, TICAD, ODA, PALOP, Mozambique, Economic Cooperation, CPLP

Índice

Introdução.....	1
Estado da Arte	2
Estrutura do Trabalho.....	3
Capítulo I – Evolução Histórica de Relações entre o Japão e África	4
1.1. 1ª Fase – Após a IIGM até à Primeira Crise Petrolífera em 1973.....	5
1.2. 2ª Fase – Promoção da Diplomacia Japonesa com África de 1974 a 1989.....	6
1.3. 3ª Fase – O Japão como um dos Principais Doadores da APD na Década de 1990	7
1.4. 4ª Fase – Análise da Política Externa Japonesa com África na Década de 2000	11
1.5. 5ª Fase – Relações Japão-Africa de 2010 até ao Presente.....	13
Capítulo II – Evolução das Relações entre o Japão e os PALOP	15
2.1. Visão Geral das Relações entre o Japão e os PALOP.....	15
Capítulo III – Relações entre o Japão e Moçambique e Cooperação Japonesa para o Desenvolvimento Económico.....	21
3.1. Breve Introdução sobre Moçambique - História Pós-Independência e Relações com o Japão...21	
3.2. Plano Estratégico de Moçambique para o Desenvolvimento e Políticas da APD Japonesa para Moçambique.....	24
3.3. Esquema do Projecto de Desenvolvimento do Corredor de Nacala.....	25
3.4. Esquema do ProSAVANA -Projecto Agrícola do Corredor de Nacala	26
3.4.1. Problemas do ProSAVANA.....	29
3.4.2. Iniciativas e Desafios para a Reactivação do ProSAVANA	30
Conclusão- Breve Perspectiva sobre o Futuro das Relações entre o Japão e África.....	32
Bibliografia.....	34
Anexo	I

Índice de Quadros

1.1. Fluxo da Cooperação Económica e da APD do Japão	I
1.2. Volume da APD Bilateral por Regiões (1970-2015)	I
2.1. APD Bilateral Japonesa para os PALOP (2005-2015).....	II
2.2. Objectivos Principais da APD Japonesa para os PALOP	III
3.1. Plano Estratégico para o Desenvolvimento em Moçambique	IV
3.2. Orçamentos da APD Japonesa para Moçambique (2011-2015)	VIII
3.3. Distribuição do Orçamento para o Programa de Desenvolvimento do Corredor de Nacala	VIII
3.4. Mapa da Cooperação Económica do Japão em Moçambique pela JICA	X

Glossário de Siglas

APD	<i>Ajuda Pública ao Desenvolvimento</i>
BAD	<i>Banco Africano de Desenvolvimento</i>
CAD	<i>Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento</i>
CPLP	<i>Comunidade dos Países de Língua Portuguesa</i>
FMI	<i>Fundo Monetário Internacional</i>
IIGM	<i>2ª Guerra Mundial</i>
JICA	<i>Japan International Cooperation Agency</i> <i>(Agência Japonesa de Cooperação Internacional)</i>
LDC	<i>Least Developed Countries (Países Menos Desenvolvidos)</i>
MoFA	<i>Ministry of Foreign Affairs of Japan</i> <i>(Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão)</i>
NEPAD	<i>New Partnership for Africa's Development</i> <i>(Nova Parceria para o Desenvolvimento da África)</i>
OCDE	<i>Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico</i>
ODM	<i>Objectivos de Desenvolvimento do Milénio</i>
ODS	<i>Objectivos de Desenvolvimento Sustentável</i>
ONGs	<i>Organizações Não-Governamentais</i>
ONU	<i>Organização das Nações Unidas</i>
PALOP	<i>Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa</i>
PNUD	<i>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento</i>
TICAD	<i>Tokyo International Conference for African Development</i> <i>(Conferência Internacional de Tóquio para o Desenvolvimento de África)</i>
UA	<i>União Africana</i>

Introdução

2015 foi um ano de revolução na comunidade internacional em alguns aspectos: os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), tinham sido focados na ajuda ao combate à pobreza nos países em desenvolvimento, através da ajuda dos países desenvolvidos (UN, s.a.a), foram transformados nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujas metas estão mais diversificadas e reflectidas nos novos desafios globais, exigindo a inclusão de todos os países do mundo (UN, s.a.b).

África é uma das regiões com elevado potencial de crescimento com acerca de 100 milhões de habitantes¹ e recursos naturais. Mantendo-se o Produto Interno Bruto (PIB) real médio de 3.5% no continente inteiro, a seguir do mesmo do conjunto dos países asiáticos (IMF, 2017), as vozes dos países africanos estão a ser cada vez mais eficazes na obtenção do consenso internacional através de organizações intergovernamentais como a União Africana (UA) ou a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Por outro lado, a Organização das Nações Unidas (ONU) classifica que mais de 70% dos países menos desenvolvidos (LDC)² existem no continente africano (UNDCP, 2017). Neste sentido, o desenvolvimento de África será uma chave para alcançar os ODSs, em que “se não deixa ninguém para trás” (UN, s.a.b).

O Japão celebra quase 60 anos desde o início da diplomacia com África, após a Segunda Guerra Mundial (IIGM). Depois que a maioria dos países africanos obtiveram a sua independência na década de 1960, o Japão tornou-se um dos primeiros doadores do Comité de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) aos países africanos através da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) (JICA, 2014). Em 2016, a Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento dos Países Africanos (TICAD), cujas cinco edições anteriores tinham sido realizadas a cada cinco anos desde a sua primeira edição em 1993, passaram a ser um dos pilares principais da diplomacia japonesa com África (Raposo, 2014a: 2-3). No sentido de aproximar o Japão ainda mais de África, a última TICAD realizou-se em Nairobi, Quênia em 2016 (MoFA, 2016a). Adicionalmente, face ao expansionismo da presença dos países emergentes, com destaque para a China, em vários países africanos, o Japão tem-se esforçado para estabelecer relações mais estáveis e duradouras recorrendo a uma cooperação multidimensional para promover o crescimento autónomo e sustentável do continente africano (Raposo, 2014a: 3).

¹ Baseia-se nos dados acolhidos em 2016 (The World Bank, 2017).

² A classificação dos LDC é responsável pelo Comitê de Políticas de Desenvolvimento do Conselho Económico e Social da ONU e baseia-se nos seguintes três critérios: (i) Baixo rendimento (média trienal do PIB per capita, revista a cada 3 anos); (ii) Índice de fraqueza em recursos humanos (*Human Assets Index* (HAI)), com base em indicadores tais como nutrição, mortalidade infantil (com menos de 5 anos de idade), educação e da alfabetização de adultos; (iii) Índice de vulnerabilidade económica (*Economic Vulnerability Index* (EVI)), com base na instabilidade da estrutura comercial do país pela influência de crises económicas exteriores. Os países podem sair da classificação se excederem esses critérios no acto de revisão da lista a cada 3 anos. Na presente data, no dia 21 de Setembro de 2017, os 47 países estão colocados na lista dos LDC (UNCDP, 2017).

Assim, a presente dissertação tem como objectivo avaliar a experiência concreta intercontinental de cooperação Japonesa, para aferir a sua eficácia e influência concreta na vida das pessoas, assim como perspetivar estratégias futuras assertivas que possam fortalecer as relações bilaterais. O objecto de estudo centra-se na revisão e análise das relações entre o Japão e África, do pós-IIGM até 2016. Além disso, perante o novo compromisso do Japão, ante a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), como observador, assinado na declaração bilateral entre o Japão e Portugal, durante a visita do Primeiro-Ministro Japonês a Portugal em 2014 (Carvalho, 2016: 258), a necessidade de estudar as relações entre o Japão e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), em que se espera o desenvolvimento da cooperação, mais no âmbito da cooperação económica³ é ainda maior (MoFA, 2015a). Entre os seis países⁴ que compõem o grupo PALOP, a presente dissertação dará mais ênfase a Moçambique, onde existe um historial mais longo de relações bilaterais com o Japão no âmbito da cooperação económica, desde o pós-IIGM até 2017, e a possibilidade de análise de um projecto específico: ProSAVANA .

Estado da Arte

Sato (2005) divide a transformação da política externa japonesa com África em cinco fases. Pedro Amakasu Raposo Carvalho (2014b:33-34) que analisou exaustivamente a política externa para África reconfirma essas fases e esclarece que o interesse japonês com os países africanos, incluindo os PALOP, pode ser analisado sob diferentes perspetivas de acordo com o interesse nacional Japonês que tem variado ao longo do tempo. Nota-se que à medida que o tempo vai passando, África e os Africanos passam a assumir mais importância na política externa Japonesa. Neste contexto, se nos anos 1960-70 os interesses comerciais, económicos, ou político-estratégicos do Japão prevaleciam, a partir da década de 1980 a política externa japonesa para África começou a dar maior importância às questões humanitárias em África (Raposo 2014b: 34-41). No início da década de 1990, a importância do desenvolvimento Africano assume uma nova dimensão na política externa Japonesa na qual o TICAD foi a resposta aos diferentes desafios globais, tais como fome, pobreza extrema, violações dos direitos humanos, conflitos intra-estados que podiam e representavam uma ameaça à segurança regional e internacional, a saber: crises de refugiados e deslocados, migrações forçadas em consequência de guerra civis e países completamente minados o que estimulou uma nova perspectiva

³ A cooperação económica, em geral, refere-se à coordenação entre os países que possuem objectivos ou vontades comuns nas relações económicas, mas recentemente foca-se particularmente na assistência económica dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento (OECD (2013), “Encyclopædia Britannica” (online), consultado em 06.09.2017, Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Organisation-for-Economic-Co-operation-and-Development>).

⁴ Na presente dissertação, inclui-se Guiné Equatorial, que adoptou recentemente o português como uma das línguas oficiais, tendo sido aprovado o reconhecimento diplomático pelo Japão e sendo o receptor da APD japonesa, igualmente como outros países-membros originais dos PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

de acção (Carvalho, 2009: 126-136; Carvalho, 2011: 318-324; Raposo 2014b: 42-4). Além disso, outros académicos notam que a política externa japonesa com África foi-se alterando durante e através do processo TICAD durante mais de 20 anos, sendo que o consenso obtido nas conferências produziram alguns efeitos significativos, com alterações às cartas da APD (Kasongo, 2010: 201-202; Lehman (2010) e Lancaster (2007) *apud* Raposo, 2014a, p.24). Mais, o Japão tende a considerar a maioria dos países africanos, não como receptores de ajuda, mas sim como parceiros autónomos e económicos (MoFA, 2013a; MoFA, 2016a). Os PALOP não estão fora desta tendência, particularmente Moçambique, onde o Japão tem acelerado a cooperação económica através da APD do Governo ou do investimento directo do sector privado (Carvalho, 2015: 57-58, 65, Carvalho, 2016: 265). Especialmente, a APD japonesa tem funcionado como o factor fundamental para estabelecer relações bilaterais mais fortes também com outros PALOP (Raposo, 2014b: 155-156; Carvalho, 2015:58). Mas alguns projectos de cooperação económica têm recebido críticas por alguns académicos, sociedades civis moçambicanas e internacionais, sendo que as razões invocadas são a expropriação das terras e dos produtos agrícolas dos camponeses, o que representa uma clara violação à soberania do povo moçambicano (Funada, 2013: 2, 18-31; Okada, 2015: 8-12; Mosca, 2014: 20-21; Raposo, 2014a: 35).

Por outro lado, durante a pesquisa dos trabalhos prévios, relacionados com o tema da presente dissertação, constatou-se que não existem muitos documentos académicos em que se aborde interligações entre a evolução dos motivos do Governo japonês, na criação da política externa para África, do ponto de vista diplomático que produzam sinergias nas relações económicas entre o Japão e os PALOP, revendo-se apenas os pontos problemáticos dos projectos de cooperação económica via APD japonesa ocorridos em Moçambique.

Perante este facto, na presente dissertação, delimita-se o seu objecto na transformação das relações entre o Japão e África, o Japão e os PALOP, no contexto histórico e político, desde a IIGM até ao presente e dá-se especial atenção aos recentes projectos da APD japonesa ocorrido em Moçambique, de acordo com o método de pesquisa qualitativa.

Estrutura do Trabalho

No primeiro capítulo, revê-se a evolução das relações entre o Japão e África no contexto histórico e político após a IIGM até 2016. Especialmente, são estudadas as políticas japonesas dedicadas à cooperação com África, utilizando principalmente os documentos oficiais apresentados no site do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão (MoFA) e da JICA ou principais documentos académicos escritos por Sato (2005), Morikawa (2005), Carvalho (2009, 2011, 2015, 2016), e Raposo (2014a, 2014b).

No segundo capítulo, apura-se a pesquisa para a evolução das relações entre o Japão e os PALOP no

mesmo contexto, mas mais brevemente, e na mesma delimitação do tempo. São apresentadas características das políticas japonesas dedicadas à cooperação, com cada um dos PALOP, utilizando as mesmas fontes documentais que o primeiro capítulo.

No terceiro capítulo, consideram-se os factores do fortalecimento da relação bilateral entre o Japão e Moçambique, com base nas notícias publicadas em jornais internacionais, informações fornecidas pela CPLP e Embaixada do Japão em Portugal, assim como os projectos da cooperação económica através da APD japonesa ocorridos em Moçambique e os seus problemas, focando-se no projecto de desenvolvimento agrícola. O estudo dos projectos de cooperação económica através da APD japonesa em Moçambique, neste capítulo, baseia-se não só nos documentos oficiais, académicos e artigos publicados em revistas, assim como em notícias e *blogs* relacionados com o tema. Para além das fontes já apontadas, realizou-se uma entrevista com o representante da JICA em Moçambique, efectuada no âmbito duma viagem a Maputo de 4 a 13 de Outubro de 2016, a fim de conseguir informação de uma forma mais directa, de quem está efectivamente no terreno. O apoio dos funcionários da Embaixada do Japão em Moçambique foi fundamental para a realização da entrevista.

Finalmente, no último capítulo, com a conclusão do presente trabalho, apresentam-se, de forma breve, algumas propostas de cooperação económica japonesa, com a revisão dos desafios esclarecidos no capítulo anterior, procurando perspectivar o futuro das relações entre o Japão e África com enfoque em Moçambique.

É importante ter em atenção o facto de que a presente dissertação é feita pela plena motivação académica para esclarecer as questões surgidas durante o estudo e não pela obrigação profissional. O objectivo nunca foi nem é a crítica das opiniões existentes nos documentos prévios e académicos ou na sociedade nacional de Moçambique ou comunidade internacional, mas sim o desejo de estudar a realidade do fenómeno relações Japão-África, em especial o caso de Moçambique.

Capítulo I – Evolução Histórica de Relações entre o Japão e África

No presente capítulo, estuda-se a evolução histórica das relações entre o Japão e África no contexto político das seis edições da TICAD e da revisão da APD Japonesa importantes factores que são para a da formação da presente política externa do Japão com África. Além disso, para facilitar a explicação e compreensão da evolução, divide-se o estudo do período em cinco fases desde o fim imediato da IIGM até 2016, baseando esta na divisão apresentada por Sato (2015: 70-71) e Ochiai (2001: 3), a saber. A 1ª fase – desde o pós-IIGM até à primeira crise petrolífera em 1973; 2ª fase – promoção da diplomacia japonesa com África de 1974 a 1989; 3ª fase – ao longo da década de 1990 em que se o Japão tornou como um dos principais doadores da APD para África; 4ª fase – ao longo da década de 2000 em que o Japão reverteu a sua política externa com África de certa forma influenciada por factores internos e externos; 5ª e última fase – de 2010 até ao presente.

1.1. 1ª Fase - Após a IIGM até à Primeira Crise Petrolífera em 1973

Carvalho (2016) sustenta que, embora o Japão tenha tido contactos comerciais com a África Lusófona, Francófona e Anglófona entre as duas guerras mundiais, as relações diplomáticas eram ainda incipientes e assim continuaram durante a década de 70. Nesse tempo, as barreiras culturais, linguísticas e geográficas eram muito acentuadas.

A diplomacia japonesa com África, após a IIGM, teve início em 1951, quando foi assinado o Tratado de São Francisco entre o Japão e as forças aliadas. Com o fim da guerra, o Japão reestabeleceu relações bilaterais com vários países africanos, do bloco ocidental, tais como a Etiópia, a Libéria, o Egito, e a África do Sul (Carvalho, 2009: 126). Existiam já legações diplomáticas⁵ no Quênia e na África do Sul; contudo, com a IIGM, tiveram que ser encerradas (Ibid.). Carvalho (2016) confirma que na década de 1960, especificamente em 1961, o Japão estabeleceu a Divisão de Assuntos Africanos no MoFA e durante esta década, as embaixadas japonesas foram abertas nos Estados africanos recém-independentes.

E a APD japonesa para África teve o início com a participação do Japão no Plano Colombo em 1954 (Carvalho, 2009: 137). Este facto levou o Japão a estabelecer duas organizações oficiais, a Agência para Cooperação Técnica Exterior (*Overseas Technical Cooperation Agency* (OCTA)) e o Serviço de Emigração Japonesa (*Japan Emigration Service* (JEMIS)), posteriormente reorganizadas com a criação da JICA em 2003. Em 1996, confirma-se o primeiro envio dos Jovens Voluntários da JICA (JOCV) para o Quênia (JICA, s.a.a).

Contudo, nesta fase, o Governo japonês dava mais importância à Ásia de que outras regiões, porque a melhoria do estatuto japonês na comunidade internacional pela tentativa de reparação das relações favoráveis com os países asiáticos, atribuindo a maioria do orçamento da APD a eles como a compensação do processamento da IIGM, e a recuperação da economia japonesa eram prioritárias (MoFA, 2015b: 2). Neste sentido, a política externa e a APD do Japão para África eram residuais, praticamente inexistentes (Carvalho, 2011: 318). Segundo a estatística da OCDE, enquanto a APD líquida japonesa⁶ de 1960 a 1970 apresenta um aumento na Ásia de menos de 100 milhões para 2400 milhões de dólares americanos (USD), a APD líquida para África manteve-se em menos de 5 milhões USD no mesmo período (OECD, s.a.).

Além disso, afirma-se que a reconstrução da diplomacia japonesa com os países africanos não tinha

⁵ Legação diplomática era uma instalação inferior a embaixada, representado por Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário (*Zenken Tokumei Koushi* em japonês), cuja categoria é imediatamente inferior à de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário. Actualmente, todas as legações japonesas deixaram de existir, no entanto, tornaram-se para as embaixadas.

⁶ A APD líquida = a APD total – valor de empréstimo recuperado.

como objectivo principal o aumento da APD para África, até porque, economicamente, a política japonesa era agregada num conceito único designado como “*Seikei-bunri* (separação de política de economia)” (Mochizuki, 2007: 3; Seabra, 2011: 318). Por exemplo, apesar das duras críticas de que a África do Sul era alvo, devido ao regime de segregação racial existente no país chamado *Apartheid*, o Japão reatou a relação diplomática em 1957 abrindo um consulado em Pretória. No entanto, a cooperação económica através da APD, entre os dois países, estava estagnada tal como acontecia com outros países na África Austral (Adem, 2010: 878-879).

Por outro lado, é importante referir também que através da APD japonesa, atitude e conceito básicos fundamentais na formação da política externa com África foram sendo formados (Sato, 2005: 72). A atitude chamada “*Youseisyugi* (princípio de solicitação)”, em que os projectos da APD devem ser feitos com base em pedidos voluntários de países em desenvolvimento, foram criados para evitar o envolvimento japonês na política interna dos países asiáticos, mesmo se moralmente poderia ser condenado, tal como na África do Sul (Mochizuki, 2007: 3). E o modelo japonês de desenvolvimento, em que se realizou o crescimento económico estabelecido numa base económica através de empréstimos externos e acumulando capacidade de reembolso, nasceu quando o Japão alcançou a sua independência económica, ao receber empréstimos de organizações internacionais tais como Banco Mundial de 1953 a 1966 (Sato, 2005: 73).

1.2.2ª Fase – Promoção da Diplomacia Japonesa com África de 1974 a 1989

No início da década de 1970, as relações entre o Japão e África tinham ainda pouco dinamismo quando comparado com outras regiões tais como Ásia, Europa e Médio Oriente, com quem o Japão já tinha algum comércio e investimento directo privado. Mas, em resposta à instabilidade política e económica internacional, tais como o Choque Nixon⁷, as duas crises petrolíferas, e a Revolução Iraniana, o Japão não teve outra solução senão alterar a sua política externa com África, passando a dar-lhe mais atenção por várias razões: comerciais, político-estratégicas mas também humanitárias (Carvalho, 2009: 127; Raposo, 2014a: 11; Raposo, 2014b: 34-35, 39).

Durante esta fase, a política externa japonesa com África colocava ênfase na “diplomacia para obtenção de recursos naturais para a segurança económica nacional” (Cornelissen e Taylor, 2000: 620). Particularmente, logo após a primeira crise do petróleo de 1973, o Japão apercebeu-se da sua dependência energética com os países do Médio Oriente, e no sentido de inverter esta tendência, começou a promover a diplomacia com África à procura duma nova fonte dos recursos naturais (Alden e Sato, 2004 *apud* Cornelissen, 2012, p.463). Na realidade, em 1974, Toshio Kimura realizou a

⁷ Uma série de medidas económicas levadas a cabo pelo Presidente dos Estados Unidos Richard Nixon em 1971. A acção mais significativa era o cancelamento da conversão do dólar em ouro do sistema Bretton Woods. Em 1973, o sistema foi substituído por um regime baseado no câmbio flutuante, que continua a ser operado hoje em dia.

primeira visita a alguns países de África subsariana: o Gana, Nigéria, Zaire, a Tanzânia, como Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, enquanto o Ministro Sunao Sonoda, em 1979, visitou cinco países da mesma região: Nigéria, a Tanzânia, a Costa do Marfim, o Senegal, o Quênia, logo após a segunda crise petrolífera de 1978 (Sato, 2005: 73). Mais tarde, o Ministro Kimura confessou que o objectivo da sua visita estava na promoção da diplomacia amigável com África para prevenir o corte de redes económicas devido à crise petrolífera e tumultos ou campanha da oposição interna contra a expansão do comércio japonês no Sudeste Asiático (Afruka Koukai, 1975 e 1976, *apud* Sato, 2005, p.73; Raposo 2014b: 44).

Além desse facto, o aumento da APD japonesa para África, nesta fase, era considerada como uma medida não só para obtenção de recursos naturais mas também para alcançar objectivos estratégicos japoneses na comunidade internacional (Sato, 2005: 74). Mais concretamente, o Japão teve a intenção de ganhar créditos dos países africanos para se tornar um país-membro não permanente do Conselho da Segurança da ONU, promovendo a APD em África⁸ (Ampiah, 2005: 180, 186; Morikawa, 1997: 22-23, 170 *apud* Carvalho, 2011, p.43). De facto, a APD líquida era ainda menos de 30 milhões USD até 1973, contudo, ultrapassou os 100 milhões USD em 1974, atingindo 703 milhões USD em 1979 (OECD, s.a.).

No início da década de 1980, a APD japonesa aumentou devido ao pedido dos países desenvolvidos como os Estados Unidos da América (EUA) (Carvalho, 2009: 128). Em 1984, em resposta ao surgimento de centenas de refugiados e mortos devido à seca no Sahel e no Sudeste de África, Shintaro Abe, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da altura, ofereceu ajuda de emergência para alívio do sofrimento humano nos vários campos de refugiados que visitou na Zâmbia, na Etiópia e no Egito (Sato, 2005: 75). De acordo com os registos do MoFA, a proporção da APD bilateral líquida para África no total da APD bilateral líquida para o mundo, que representava apenas 2,2% na década de 1970, aumentou para 11,4% na década de 1980 (MoFA, 2007).

Conforme mencionado acima, pode entender-se que a política externa do Japão para África, nesta fase, tinha dois aspectos simultâneos, a saber: a segurança de economia nacional e a cooperação internacional. De qualquer forma, a APD japonesa para África, na mesma fase, era feita não pela sensação de crise às situações problemáticas em África, nem pelo pedido dos países africanos, mas sim, pela intenção doméstica de promoção do interesse nacional com o intuito de procurar novas redes económicas ou para melhorar o estatuto japonês na comunidade internacional.

1.3.3ª Fase – o Japão como um dos Principais Doadores da APD na Década de 1990

⁸ Na 17ª Assembléia Geral da ONU em 1965, o Japão candidatou-se como um membro não permanente do Conselho de Segurança, mas a candidatura foi recusada devido à falta de aprovação de países africanos, que se opõem à descontinuação de comércio exterior a África do Sul (Carvalho, 2009: 127; MoFa, 2014a).

Com o fim da Guerra Fria em 1989 e a mudança da situação internacional provocada pelo fenómeno da globalização, por um lado, e por outro, o aumento da percepção Japonesa da situação de pobreza extrema e conflitos internos em África com todas as consequências daí subjacentes, levou o Japão a alterar a sua política externa para África (Kasongo, 2010: 203; Ochiai, 2003: 40; MoFA, 2015b: 3; Raposo 2014b: 40).

Na década de 1990, com o fim da Guerra Fria, os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviética (USSR) perderam o interesse na expansão ideológica em África através da APD. E outros países desenvolvidos que tinham apoiado os países Africanos começaram a concentrar a sua atenção nas ex-repúblicas soviéticas da Europa do Leste, levando a uma redução dos fundos, antes dedicados aos países Africanos, onde ainda existia estagnação económica, pela incapacidade dos Estados africanos em resolver os problemas, apesar do apoio financeiro em forma da APD (Takahashi, 2017: 49). Durante este período, o Japão era o único país que discursava sobre a importância de construir relações mais fortes com África (Raposo, 2014a: 12). Perante estes factos, o Japão aumentou o orçamento da APD a nível global e tornou-se um dos principais doadores em África, juntamente com os EUA, a França e a Alemanha, e de 1991 a 2000, o Japão tornou-se o primeiro doador no âmbito do CAD sendo que o montante da APD total, superando a ajuda dos EUA (Sato, 2005: 75; Endo, 2013: 5).

Além disso, à medida que a APD japonesa aumentava, o Governo japonês começou a redefinir as suas políticas, agora mais detalhadas e abrangentes para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, revendo a forma passiva de assistência japonesa como "*Yoseishugi*", porque havia críticas na possível utilização da APD japonesa em países com ditaduras, ou outros em que a corrupção política grassava há bastante tempo, como por exemplo, o regime de *Apartheid* na África do Sul (Sato, 2005: 77). Se aos factores acima mencionados juntarmos o fenómeno da globalização, a comunidade internacional tomou consciência que os novos desafios agora eram comuns, tais como: consolidação da paz, redução da pobreza, e conservação de ambiente, e assim por diante, necessitando de uma resposta comum e exigia reconsiderar o modo de assistência aos países em desenvolvimento (Heynes, 2013: 11, 13).

Em 1992, o Japão formulou a primeira Carta da APD. Nesta Carta, na qual descreve que a prioridade do Japão era "ajudar os países em desenvolvimento a fazerem esforços autónomos para a decolagem dos mesmos", sob o reconhecimento da "interdependência da comunidade internacional no sentido de que a estabilidade e o desenvolvimento deles eram essenciais para a paz e a prosperidade do mundo" (MoFA, 1992). O objectivo era alcançar-se um sólido desenvolvimento económico em cima de equidade de alocação de recursos e "boa governança" garantidas através da APD, tais como o amplo desenvolvimento de recursos humanos, a construção da infra-estrutura, incluindo sistemas domésticos necessidades, e o apoio a necessidades fundamentais do ser humano (*Basic Human Needs* [BHN]). Além disso, aproveitando as lições aprendidas com críticas dadas à APD japonesa, esclareceu-se que o uso da APD não deveria ser por motivo de apoio militar ou da promoção de conflitos internacionais e

que se deveria prestar atenção às situações militares nos países em desenvolvimento aquando da atribuição da APD (Ibid.).

A seguir ao lançamento da primeira carta da APD, em 1993, realizou-se a primeira edição da TICAD. A TICAD é uma conferência organizada pelo Governo japonês, cujo objectivo é discutir os temas multidimensionais sobre o desenvolvimento de África com a participação de líderes de mais de 50 países, incluindo os países africanos, das principais organizações internacionais, empresas, e ONGs (MoFA, 2014b). Esta conferência conta com o apoio de co-organizadores, tais como a ONU, a Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Comissão da União Africana, e o Banco Mundial, e por este facto, a TICAD torna-se uma das conferências internacionais de maior escala e dimensão (MoFA, 2014b; Raposo, 2014a: 6). A primeira edição da TICAD foi organizada com a intenção de adquirir iniciativas organizando um fórum internacional de debate para apoiar os esforços para a democratização e a formação do novo mercado económico no continente africano, onde a atenção dos países desenvolvidos se diminuía desde o fim da Guerra Fria (Sato, 2005: 76; Morikawa, 1997, *apud* Morikawa, 2005, p.485 - 486). Além disso, havendo alguns países africanos na transição política, o Japão esperava que o fortalecimento das relações com os novos líderes africanos, por ocasião da TICAD, fosse valorizado para a política externa subsequente do Japão (JICA e Mitsubishi UFJ Consulting Research, 2013: 1-3, 1-4).

E na “Declaração de Tóquio (para o Desenvolvimento de África)”, adoptada na TICAD, lê-se que: o desenvolvimento sustentável de África, mencionado na “Nova Agenda da ONU para o Desenvolvimento Africano”, poderia ser realizado pelos esforços autónomos dos países africanos e não só pela ajuda dos países desenvolvidos; a APD deveria ser fornecida subordinando ao nível desses esforços; e a experiência japonesa como pioneiro do desenvolvimento na Ásia, ajudaria na promoção da cooperação Sul-Sul entre Ásia e África (Raposo, 2014a: 16; UN-DESA, 1999).

Assim, o Japão foi transformando as medidas diplomáticas para África através da formação da Carta da APD e do processo da TICAD, em resposta às mudanças na situação internacional. Contudo, uma das razões mais eficazes para a transformação da política externa japonesa foi a abolição do *Apartheid* e a democratização política da África do Sul (Sato, 2005: 76). Como a África do Sul era o maior parceiro comercial do Japão em África, apontou-se que a corrupção governamental poderia ser promovida pelos fundos japoneses que fluíam para a África do Sul através das actividades comerciais (Sato, 2005: 77). Sendo assim, era necessário dissipar a imagem negativa, aos olhos de comunidade internacional, abordando mais a assistência em África (Morikawa, 2005: 488).

Em 1997, no simpósio " *Deployment of a New Stage in African Assistance*" organizada pela Fundação

para Estudos Avançados sobre o Desenvolvimento Internacional (FASID)⁹, falou-se que a abordagem da ajuda deveria ser diversificada para cada país africano: especificamente, comércio e investimento são necessários para os países onde se nota crescimento económico e progresso de democratização; a APD é essencial para os países no meio da transformação; e ajuda de emergência e humanitária são fundamentais para os países em fase inicial de desenvolvimento (FASID, 1997 *apud* JICA e Mitsubishi UFJ Consulting Research, 2013, p. 1-5). Nesta altura, já havia alguns países africanos, tais como a Libéria, o Ruanda, a Somália e o Zaire, em que se notava uma subida de taxa de crescimento económico, após as guerras civis na década de 1980 (JICA e Mitsubishi UFJ Consulting Research, 2013: 1-5). E através de várias reuniões preparatórias da TICAD II (1998), confirmou-se que, para alcançar um crescimento sustentável em África, em primeiro lugar, seriam essenciais a cooperação inter-regional para a prevenção de conflitos e a capacidade de resolução e gestão de disputas da Organização da Unidade Africana (OUA) (Ochiai, 2005: 42).

Com base nesses temas abordados na TICAD II em 1998, no âmbito do tema "Redução da Pobreza e Integração da África na Economia Mundial", o Primeiro-Ministro Keizo Obuchi apresentou o “Novo Programa de Assistência Japonesa para África”, representado pelo apoio ao melhoramento dos serviços de educação primária, de saúde e saneamento, e do sistema hídrico através da concessão de donativos, no total, cerca de 90 bilhões de ienes (JPY), pela formação dos recursos humanos africanos em instalações na Ásia e América do Norte, pelo estabelecimento da capacitação em remoção de minas antipessoais ou em gestão de dívidas (MoFA, 1998a). E o "Plano de Ação de Tóquio" foi estabelecido com base nos onze temas principais discutidos na TICAD II tais como desenvolvimento social (nos sectores de educação, saúde, população, e pobreza (especialmente das mulheres)), desenvolvimento económico (nos sectores industrial, agrícola, e resolução do problema da dívida externa), e a criação da base do desenvolvimento (“boa governança”, prevenção de conflitos, e reconstrução pós-conflito), e a cada tema foram atribuídos políticas prioritárias e objectivos numéricos concretos (MoFA, 1998b).

Outro ponto notável foi a inclusão dos princípios de “*Ownership* (esforços autónomos da parte dos países africanos em desenvolvimento)” e “*Partnership* (apoio cooperativo pelos doadores internacionais)”, que tinham sido mencionados nos vários planos de acção para o desenvolvimento no nível internacional, como a estratégia do UN-NADAF, o Plano de Ação do Cairo para o Desenvolvimento Económico e Social em África (1995), e a estratégia “*Towards the 21st Century: Contribution through Development Cooperation*” da OCDE-CAD (1996) (MoFA, 1998b; Raposo,

⁹ Uma corporação social em que se realizam projectos de cooperação para o desenvolvimento socio-económico, através de formação dos recursos humanos, envio de oradores aos seminários, bolsa de estudo, avaliação dos projectos, e pesquisa transversal para os diversos sectores (FASID (s.a.), “Activities”(online), consultado em 03.09.2017, Disponível em: http://www.fasid.or.jp/e_activities/).

2014a: 16), e estes princípios tornar-se-iam uma das idéias básicas para política externa japonesa para África.

1.4.4ª Fase –Análise da Política Externa Japonesa com África na Década de 2000

O esforço do Japão na assistência activa para o desenvolvimento africano através das duas edições da TICAD durante a década de 1990 deixou uma boa impressão junto da comunidade internacional e dos países Africanos, mas não conseguiu evitar uma redução de empréstimos concedidos devido ao agravamento da acumulação de dívidas nos países africanos, por um lado e pelo impedimento de prestar mais ajuda devido à instabilidade política em algumas áreas (Sato, 2005: 77). Em consequência, houve uma diminuição da APD para África de cerca de 1 bilhão USD, que até 1991 tinha atingido mais de 1,5 bilhão USD (OECD, s.a.). No início da década de 2000, devido à conjugação de factores internos e regionais como a recessão, défice fiscal, e o fornecimento dos fundos para Ásia devido às consequências da crise económica de 1997 na Ásia, a APD japonesa para África foi drasticamente reduzida (Morikawa, 2005: 492; Cornelissen, 2012: 467). Segundo as estatísticas da OCDE, a APD japonesa para África diminuiu para menos de 620 milhões USD até 2003, uma vez que atingiu 1 bilhão USD no final da década de 1990 (OECD, s.a.). Em 2001, o Japão perdeu o primeiro lugar como o doador principal da APD total no conjunto dos países CAD/OCDE para os EUA (MoFA, 2014: 4).

Por outro lado, desde o final dos anos de 90, quando os países africanos mostraram alguns sinais de crescimento económico, as questões de desenvolvimento africano começaram a ser abordadas nas cimeiras do G8 e nas assembleias gerais da ONU, sendo agora tema central da agenda política. Em 1996, o Banco Mundial e o FMI propuseram a “Iniciativa a Favor dos Países Pobres Altamente Endividados (PPAE)”, o que causou o movimento de amortização da dívida nos países em desenvolvimento em África pela maioria dos doadores (IMF, 2016). Além disso, a ONU adoptou os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), consistos por oito metas centradas na erradicação de pobreza extrema e de fome (ONU, s.a.b), e os principais doadores tais como os EUA, a Europa, o Canadá, e a Austrália anunciaram uma aumento do valor da APD nos próximos cinco anos (Sato, 2005: 78). Do lado dos países africanos, houve também mudanças significativas. Em 2001, nasceu a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), impulsionada pela determinação voluntária dos líderes africanos em conduzir os seus destinos, e em 2002, a União Africana (UA) foi criada.

Nestas circunstâncias, o Japão apercebeu-se que a APD tinha de ser alocada de uma forma mais eficaz, apesar do orçamento limitado, reformando políticas e fortalecendo o sistema de implementação dos projectos (MoFA, 2015b: 5; JICA e Mitsubishi UFJ Consulting Research, 2013: 1-5). E em Agosto de 2003, ocorreu nova revisão da Carta da APD com a introdução da filosofia de "segurança humana¹⁰",

¹⁰ Significa a protecção contra a ameaça à dignidade humana e o desenvolvimento da capacidade de lidar com

as questões prioritárias a serem resolvidas como redução da pobreza¹¹, crescimento sustentável, esforços para resolução dos desafios globais, e consolidação da paz foram claramente mencionadas (MoFA, 2003c).

E na TICAD III (2003), realizada em Setembro do mesmo ano, logo após o terrorismo nos EUA, declarou-se a importância de cooperação com os novos parceiros, como os países asiáticos, na ajuda para o desenvolvimento africano, terminando a concentração no apoio internacional para a UA ou a NEPAD (MoFA, 2003a; 2003b). Com a participação das autoridades japonesas, que tinham visitado África, e a realização de reuniões bilaterais entre o Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi e todos os 24 líderes africanos convidados, o Japão apresentou a sua motivação activa, em assistência para o desenvolvimento africano e uma atitude justa perante os países africanos, conseguindo obter uma avaliação positiva e boa impressão por parte dos próprios países africanos e pela comunidade internacional (MoFA, 2003b; Morikawa, 2005: 486). Na “*Japan's Initiative for Cooperation for Africa*” apresentada nesta terceira edição da TICAD, algumas iniciativas japonesas consideradas nas várias cimeiras foram reflectidas; por exemplo, “*Okinawa Infectious Diseases Initiative*”¹² na cimeira de G8 Kyushu-Okinawa em 2000, “*Clean Water for People*”¹³ na Agenda Comum Japão-EUA em 2001, “*Basic Education for Growth Initiative (BEGIN)*” em 2002 (Mochizuki, 2007: 11-12). Adicionalmente, em 2003, posterior à TICAD III, o Japão tomou a decisão de aliviar os défices da APD japonesa de cinco países africanos (o Benin, a Tanzânia, a Mauritânia, o Mali, e Uganda) classificados como PPAE, no total de 38 bilhões JPY, baseando-se no acordo internacional aprovado na cimeira de G8 realizada em 2000 (MoFA, 2000; MoFA, 2003b). Assim, o ano de 2003 foi um ano significativo na história das relações entre o Japão e África no sentido de criação das novas políticas na cooperação para o desenvolvimento.

No entanto, o Japão foi alterando as suas políticas com África até ao ano de 2008, em que se realizou a

problemas de indivíduos e comunidades. Este conceito foi abordado pela primeira vez no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994 do PNUD (MoFA, 2003c).

¹¹ No contexto da Carta da APD de 2003, a palavra “redução da pobreza” foca-se mais no “apoio para o desenvolvimento social e humano nos países em desenvolvimento, focando-se nas áreas tais como educação, saúde e bem-estar, água, saneamento, e agricultura”, e não na assistência de emergência centrada na BHN. E implementa-se a “indispensabilidade de melhoramento de vida das pessoas com o crescimento sustentável económico e o aumento dos empregos” como objectivo de meio-longo prazo (Ibid.).

¹² Nesta iniciativa, foi anunciado o apoio financeiro no total de 3 bilhões USD para combater doenças transmissíveis, tornando-se a criação do fundo internacional chamado “*The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria (GFATM)*” (MoFA, 2004: 4).

¹³ Foi anunciado na Cimeira Internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável (WWSN), realizada em Joanesburgo, África do Sul, em Setembro de 2002, pelos líderes dos EUA e Japão com base na declaração conjunta chamada a “Parceria para Segurança e Prosperidade”, em que se comprometeram a expansão de cooperação bilateral para enfrentar os actuais desafios globais (Mochizuki, 2007: 12).

TICAD IV. Uma das principais razões que motivou a alteração prende-se com a expansão da presença de alguns países emergentes em África, tais como a China e a Índia (Raposo, 2014a: 67-68). Devido ao aumento dos preços dos recursos naturais desde 2003, aquisição dos mesmos eram agora prioritários para estes países devido à crescente população (Endo, 2013: 10; Hirano, 2012: 188). No que diz respeito à China, o “Fórum de Cooperação China-África (FOCAC)”, realizado de três em três anos, resultou no fortalecimento da sua presença em África (FOCAC, 2012; Raposo, 2014a: 68). O FOCAC em 2006 contribuiu ainda para que o Ministério dos Negócios Estrangeiros da China reforçasse a sua diplomacia Africana através da publicação da “*China’s African Policy*”, em que se afirmava que a China e África seriam parceiros equivalentes, beneficiando reciprocamente a economia, sugerindo uma possibilidade futura de Acordo de Comércio Livre (FOCAC, 2006). E como oposição à crescente tendência e afirmação chinesa, o Japão realizou a Conferência de Investimento Comercial Ásia-África, seminários de investimento em vários países africanos (o Quênia, Marrocos, a África do Sul, e o Egito) e também eventos paralelos da conferência juntamente com o NEPAD (MoFA, 2004).

Na TICAD IV (2008), perante a preocupação da dependência dos países africanos no crescimento económico baseado no aumento dos preços das matérias primárias (Takahashi, 2017: 49), o Japão anunciou que era importante diversificar a indústria nacional para sustentar o crescimento e, para esse efeito, também era necessário o apoio do sector privado, por exemplo com mais APD convencional (JICA e Mitsubishi UFJ Consulting Research, 2013: 1-7). Neste contexto, o “Plano de Acção de Yokohama” adoptado na quarta edição da TICAD, revelou “uns sinais positivos nos aspectos políticos e económicos em África desde a TICAD III” (MoFA, 2008a). Esclareceu-se que a expansão do comércio, o investimento directo exterior, a promoção de indústria e turismo, e o desenvolvimento do sector privado nacional eram essenciais para a promoção do crescimento económico de África (MoFA, 2008b). Em resultado, na cimeira G8 de Hokkaido Toyako, realizada em Julho do mesmo ano, os assuntos debatidos eram agora directamente relacionados com a economia como forma de melhorar o ambiente para o investimento, o melhoramento das infra-estruturas, e o apoio para o desenvolvimento agrícola (MoFA, 2008c).

Perante estes esforços, a APD japonesa para África, que tinha sido inferior a 1 bilhão USD na primeira metade da década de 2000, começou a manter-se constante no valor cerca de 1.5 bilhões USD na segunda metade (OECD, s.a.; JICA e Mitsubishi UFJ Consulting Research, 2013: 4-12).

1.5. 5ª Fase – Relações Japão-Africa de 2010 até ao Presente

Nesta fase, pode-se considerar a participação positiva de empresas privadas e sociedades civis, o reflexo de opinião pública, e o estabelecimento de cooperação com novos parceiros de desenvolvimento, como uma expressão favorável, manifestando novas características representativas como resultado do ajustamento da política externa japonesa para África.

Por exemplo, na TICAD V em 2013, a sessão de "Diálogo com o Sector Privado", realizada pela primeira vez, com a participação conjunta dos líderes africanos e de representantes das empresas privadas japonesas, resultou num diálogo directo (MoFA, 2013a). E no "Pacote de Apoio a África", foi anunciado o apoio financeiro público-privado aproximadamente a 3,2 trilhões JPY, incluindo o orçamento de 1,4 trilhões JPY da APD para o desenvolvimento económico (MoFA, 2013b).

O MoFA apresentou uma carta de intenção em que se comprometia a aumentar oportunidades da expansão dos projectos comerciais das empresas japonesas através dos processos da TICAD visto que "as empresas africanas estavam a manifestar cada vez mais interesse na importação de produtos de alta qualidade do Japão (The Japan Times, 2013). Em seguida, em 2014, o Primeiro-Ministro Abe realizou visita aos três países africanos (a Costa do Marfim, Moçambique e a Etiópia) com empresas privadas japonesas, organizações e universidades, no total de 33 instituições (MoFA, 2014).

Em 2015, realizou-se o Conselho de Estratégia Económica de África e a Conferência de Mesa Redonda Pública-Privada da TICAD VI, com a participação dos vários actores para cooperação económica tais como governo, empresas privadas e sociedades civis. E em Fevereiro do mesmo ano, o Governo japonês estabeleceu a "Carta da Cooperação para o Desenvolvimento", alterando o nome da "APD" para "Cooperação para o Desenvolvimento"¹⁴. Anteriormente ao estabelecimento desta nova Carta, realizaram-se várias reuniões e audiências públicas de forma a reflectir as diversas opiniões de organizações económicas, especialistas universitários, e cidadãos (MoFA, 2015c). Em relação a África, a região foi claramente indicada como uma das oito regiões prioritárias, apesar de nas Cartas da APD de 1992 e de 2003 ter sido referida como a "outra região" o que agora não sucedeu. E mencionou-se que "o Governo japonês iria apoiar o fortalecimento do sector privado através de vários canais como a TICAD para que se possa associar o notável desenvolvimento económico em África, com base no aumento de investimento privado e público e consumo, com o futuro crescimento do Japão e de África"(MoFA, 2015b: 8). Nota-se também que, na nova Carta, foi mencionada a importância do planeamento dos projectos para o desenvolvimento, fortalecendo a colaboração com pequenas e médias empresas, governos locais, universidades e instituições de pesquisa (MoFA, 2015b: 12-13).

E a TICAD VI, que foi realizada pela primeira vez em África (Nairobi, Quênia) em 2016, tornou-se a maior edição, em termos de número de participantes e eventos. Do Japão, além de autoridades governamentais como Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, deslocaram-se 77 representantes de empresas nacionais, das ONGs, e das universidades, e apresentaram os projectos do

¹⁴ "Cooperação para o Desenvolvimento" refere-se à "cooperação internacional que é conduzida pelos governo e suas agências afiliadas para o objectivo principal do desenvolvimento nos países em desenvolvimento, e o "desenvolvimento" nesta Carta é usado num sentido mais amplo; abrange também actividades tais como consolidação da paz e boa governança, promoção de direitos humanos básicos e ajuda humanitária (MoFA, 2015d).

sector privado japonês (MoFA, 2016a). Além disso, na “Conferência Empresarial Japão-África”, realizada sob os auspícios do Ministério da Economia, Comércio e Indústria (METI), foram assinados 73 memorandos comerciais entre 22 empresas ou organizações japonesas e 20 países africanos e 6 organizações, anunciando o estabelecimento do "Fórum Económico Público-Privado Japão-África" pelo Governo japonês (MoFA, 2016b). E o Japão tem tencionado elaborar novos canais de cooperação para o desenvolvimento africano participando na Assembléia Geral da UA, na *Japan-African Regional Economic Communities (RECs)*.

Em resultado, a APD bilateral líquida para a África passou de 1 bilhão USD em 2010, para 1,76 bilhões USD em 2015 (OECD, s.a.). Espera-se que esse valor seja ainda incrementado mediante o anúncio na TICAD VI de um investimento de 30 bilhões USD nos próximos três anos e a entrada do sector privado na cooperação para o desenvolvimento (MoFA, 2016a).

Em suma, o presente capítulo demonstrou que a política externa japonesa para África, desde o pós-IIGM até 2016, sofreu várias alterações, em resposta aos factores internos e externos. Particularmente, podemos concluir que a política actual do Japão parece ter criado condições para o crescimento económico de alguns países africanos, em particular Angola mas em especial Moçambique. Então, quais os aspectos da mudança da política externa japonesa para África que afectaram as relações entre o Japão e os PALOP?

Capítulo II – Evolução das Relações entre o Japão e os PALOP

Neste capítulo, estuda-se o impacto da transição da estratégia diplomática africana do Governo japonês nas relações económicas entre o Japão e PALOP, examinada no primeiro capítulo.

2.1. Visão Geral das Relações entre o Japão e os PALOP

De acordo com os estudos de Carvalho, as relações diplomáticas com os PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe) pós-IIGM foram estabelecidas mais tarde, na década de 1970, comparando com a maioria dos países africanos que alcançou a independência na década de 1960 (Carvalho, 2011: 318; Carvalho, 2016: 260). Uma vez que o Japão se concentrava em ajuda aos países asiáticos entre os anos de 50 e 60, a política externa japonesa para África não estava bem concretamente estabelecida (Inukai, 1993 *apud* Carvalho, 2011, p.318). Nos PALOP, as Guerras de Independência foram provocadas por Portugal ter resistido à libertação das suas colónias sob o regime de ditadura. Assim, Guiné-Bissau alcançou a sua independência em 1973, o resto dos PALOP em 1975, um ano após a revolução democrática portuguesa (Sousa, 2013: 12). O Japão, desta forma, conseguiu estabelecer as diplomacias com a Guiné-Bissau (1974), Cabo Verde, São Tomé e Príncipe (1975), Angola (1976) e Moçambique (1977) reconhecendo os países ao mesmo tempo (Carvalho, 2016: 260; MoFA, 2016d; MoFA, 2016e; MoFA, 2017b; MoFA, 2017c).

Por outro lado, as relações económicas entre o Japão e os PALOP iniciaram-se em 1952 com a

restauração das relações diplomáticas com Portugal (Carvalho, 2011: 318; Carvalho, 2016: 260). Algumas empresas japonesas faziam os investimentos directos em Guiné Portuguesa, Angola, e Moçambique, independentemente das guerras de independência que estavam em curso. E os investimentos foram aumentando de forma constante até à primeira metade da década de 1970 devido à demanda de recursos naturais causado pelo crescimento económico japonês (Carvalho, 2011: 318-319). No entanto, um pouco antes da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1974, o Banco Japonês para Exportação e Importação (posteriormente o JBIC) deixou de exportar para todos os PALOP devido às críticas efectuadas pelo governo angolano após a imposição de sanções diplomáticas, que resultaram no encerramento do consulado geral japonês na Rodésia do Sul (actualmente o Zimbabwe), já estava sancionado pela ONU desde o final da década de 1960, e a redução do comércio com a África do Sul, cujas medidas eram necessárias para evitar acusações da comunidade internacional (Carvalho, 2016: 260). Neste período, o Japão teve que assegurar a sua segurança económica nacional devido à primeira crise petrolífera (Alden e Sato, 2004, *apud* Cornelissen, 2012, p.463), e considera-se que, por esta razão, deu prioridade ao estabelecimento de relações diplomáticas com outras regiões que os PALOP.

Além disso, considera-se que o grau de socialismo em cada país influenciou às relações diplomáticas com o Japão, após a independência, até ao período da Guerra Fria (Chabal, 2002 *apud* Carvalho, 2016, p.261).

Inicialmente, ocorreu uma paralisação das relações com Angola e Moçambique, os Estados construídos sob a ideologia socialista de Lenin-Marx, tendo estado o Japão dependente dos países capitalistas no processo de reconstrução do pós-guerra (Carvalho, 2009: 127; Carvalho, 2011: 319; Carvalho, 2015: 53). Em resultado, o Japão começou a concentrar-se no apoio à África do Sul, um dos importantes parceiros comerciais, tendo o carvão, e nos países capitalistas, como o Quênia e o Egito (Morikawa, 2005: 497-498). Neste contexto, o fluxo da APD japonesa para os PALOP, nos últimos anos da década de 1970, manteve-se praticamente inalterado, excepto a ajuda de emergência e humanitária, no caso de catástrofes naturais (Carvalho, 2016: 261).

No entanto, no processo da procura da nova forma de cooperação internacional, que começou na década de 1980, o número da APD japonesa para África aumentou drasticamente de 9 milhões USD em 1970 para 371 milhões USD em 1980 (Raposo, 2014b: 98-99; Stein, 1998 *apud* Kasongo, 2010, p.188), e não só através da ajuda de emergência mas também com a participação nas operações de manutenção de paz da ONU, as relações do Japão com os PALOP entraram numa nova fase.

Para Angola, a ajuda de emergência através da UNICEF em 1988 foi uma oportunidade de reestabelecimento da relação bilateral (Embaixada do Japão na República de Angola, s.a.). Posteriormente, três especialistas foram enviados como os membros do grupo de monitorização

eleitoral em 1992 (MoFA, 2005; Raposo, 2014b: 147). E com o fim da guerra civil, a Ministra dos Negócios Estrangeiros Yoriko Kawaguchi realizou uma visita oficial ao país. A partir de 2003, o Japão participou na reconstrução do país através da remoção de minas terrestres, reintegração social de combatentes, e na reintegração de refugiados com base na segurança humana (MoFA, 2005; Raposo, 2014b: 155). Desde então, os projectos da APD, tomaram novo vigor, tais como construção de hospitais e escolas, formação profissional, desenvolvimento agrícola de plantações de arroz, e outros projectos para o desenvolvimento económico pelo sector privado japonês, tais como reabilitação das fábricas de têxteis e de açúcar e construção portuária foram realizados (Raposo, 2014b: 183, 185). Considera-se que os projectos mais representativos são: (i) renovação de instalações e equipamentos e formação dos recursos humanos no total de 750 pessoas do Hospital Josina Machel, maior hospital do país, concedendo aproximadamente 4 bilhões JPY em donativos, em 2002 (Embaixada do Japão na República de Angola, s.a.); (ii) remoção de minas terrestres e reconstrução da comunidade pela ONG japonesa chamada "Japan Mine Action Service (JMAS)" cooperando com algumas empresas japonesas tais como a Komatsu (doação de processamento de minas, doação de despesas para desenvolvimento comunitário, envio dos técnicos profissionais), a Toyota Tsusho (doação de veículos, inspeção e manutenção gratuitas), e a Sumitomo Corporation (doação de escritório, patrocínio de clube de futebol infantil), resultando em desminagem da terra de cerca de 216 hectares em 9 anos (JMAS, s.a.; Komatsu, 2017).

Nos últimos anos, em resposta ao interesse da parte do sector privado japonês, foram realizados seminários sobre comércio e investimento em Tóquio (Setembro de 2013) e em Luanda (Março de 2015). Em ambos os seminários, os Ministros e os representantes das empresas em Angola fizeram apresentações, fornecendo informações sobre ambiente do investimento, recursos minerais, transportes, agricultura e pesca, e realizaram-se encontros individuais entre os representantes das empresas japonesas. Cerca de 120 pessoas das 37 empresas vieram do Japão para o seminário em Luanda (Embaixada da República de Angola no Japão, 2015). Considera-se que esta expansão da escala do seminário reflecte o interesse por parte de Angola, devido à recente queda dos preços do petróleo, base do poder económico do país. Perante isso, os Ministros de finanças, de economia, e da assistência e reinserção social realizaram visitas ao Japão em 2015 (MoFA, 2016d).

Em Julho de 2015, perante o aumento de procura de energia devido à expansão das empresas estrangeiras no país, o Japão e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) anunciaram 200 milhões USD de empréstimo cooperativo destinado à reformação das políticas, no âmbito do Programa de Transformação do Sector Eléctrico (PTSE), formado pelo Governo angolano, sendo que este empréstimo da APD japonesa foram feitos pela primeira vez a Angola (JICA, 2015a).

Segundo os dados da APD bilateral, referente ao montante líquido entre 2010 a 2014, o Japão foi sempre um dos cinco principais doadores para Angola, juntamente com os EUA, a Polónia, a Noruega,

a Coreia do Sul, e Portugal, e em 2015, a APD de 197 milhões USD foi atribuída ao projecto da reforma do sector energético acima mencionado (empréstimos da APD) e ao projecto de renovação do porto do Namibe (concessão de donativos) (MoFA, 2016c: 327-328, 339-341).

Para Moçambique, a ajuda de emergência a desastres naturais foi realizada em 1975, logo a seguir da independência de Portugal (MoFA, 2016c: 477). Em Dezembro de 1992, com o fim da guerra civil e posterior acordo de paz, o Japão juntou-se, pela primeira vez, à operação de manutenção de paz da ONU para Moçambique (ONUMOZ), onde numerosos refugiados internos e externos surgiram, devido a guerras civis e escassez de alimentos pelas secas consecutivas (Raposo, 2014b: 147; Sato, 2009 *apud* Raposo, 2014b, p.153). Desde então, o Japão tem estabelecido uma relação amigável com Moçambique realizando diversos projectos da APD para o desenvolvimento do país (MoFA, 2016c: 477).

Moçambique era um dos maiores receptores do apoio em África, desde o fim da guerra civil até ao final da década de 1990 (Chichava et. al., 2013: 417; OECD, 2017: 8). Com base em políticas estáveis, o país começou a esforçar-se no desenvolvimento económico contribuindo para tal a privatização das empresas estatais para atrair o investimento. Pelas enormes oportunidades comerciais, devido aos seus recursos minerais e hídricos atraentes, o país foi ganhando gradualmente a atenção das inúmeras empresas estrangeiras. As empresas, sem excepção, têm interesse em negócios relacionados com recursos naturais como carvão e gás natural liquefeito (GNL). Nos últimos anos, os projectos de desenvolvimento económico têm sido implementados pelo sector privado japonês. Um dos projectos representativos são: (i) a expansão da linha ferroviária da província de Tete, onde a mina de carvão da Moatise é situada, até ao porto de Nacala, e a construção e a manutenção dos terminais no mesmo porto pela Mitsui&Co. (Mitsui & Co., 2016); e (ii) a construção de uma central termoeléctrica combinada a gás, cujo potencial energético é equivalente a 120 kilowatts de electricidade, pelas Sumitomo Corporation e IHI Co., Ltd. (Sumitomo Corporation, 2017).

Moçambique é, praticamente, o único país dos PALOP com que o Japão tem mantido intercâmbio regular ao nível dos chefes dos Estados. As conversações bilaterais entre o Primeiro-Ministro japonês e os Presidentes moçambicanos foram realizadas nas últimas duas edições da TICAD (MoFA, 2013c; MoFA, 2016e). Além disso, conforme mencionado no primeiro capítulo, Moçambique foi seleccionado para a visita do Primeiro-Ministro Abe em 2014, e em Março de 2017, o Presidente Fillipe Nyusi visitou ao Japão em resposta ao compromisso feito na TICAD IV (MoFA, 2014c; MoFA, 2017a). O número das visitas das autoridades entre os dois países, nos últimos 10 anos, é mais elevado comparando com outros PALOP (MoFA, 2016e). E todas as conversas e visitas têm tido um objectivo em comum de fortalecer as relações bilaterais a fim de promover actividades comerciais dos dois países e facilitar as actividades do sector privado japonês, realizando ou apoiando os projectos diversificados da APD para o desenvolvimento do país. Considera-se que estes factores estão

relacionados ao facto que o Japão tem dado o maior orçamento da APD a Moçambique entre os PALOP (MoFA, 2016c: 478).

A Guiné-Bissau e Cabo Verde, em que se recebia também o apoio dos países capitalistas, apesar de terem ligados à União Soviética (Carvalho, 2015: 53; Carvalho, 2016: 260), o Japão tem estabelecido relações menos relevantes, se compararmos com o nível das as relações com Angola ou Moçambique.

O Japão reconheceu a independência do Estado de Guiné-Bissau em 1974, mais cedo de que qualquer outro país ocidental (Carvalho, 2016: 260) e desde que iniciou a cooperação económica em 1980, tem dado cooperação técnica e concesso donativos para os projectos de apoio para o aumento de produção alimentar e de abastecimento de água, e auxílio genérico, não ligado a um projeto específico¹⁵. Por outro lado, a situação política, após a independência, continuava a ser instável devido à guerra civil e golpe militar, o Japão deixou temporariamente de criar novos projectos da APD bilateral, sendo que a atribuição da APD foi limitada aos que se destinavam à ajuda humanitária ou apoio ao processo de democratização em curso, resultando de rebelião militar ocorrida em Abril de 2012 (Carvalho, 2015: 58-59; MoFA, 2016c: 370). Só depois de o novo presidente ter sido nomeado em junho de 2014 e ter sido criado o novo gabinete em Julho do mesmo ano, o Japão retomou a cooperação económica bilateral (MoFA, 2016c: 370). Actualmente a APD japonesa está atribuída à ajuda alimentar (concessão de donativos), em colaboração com o Programa Alimentar Mundial (PAM), e ao projecto de construção das salas de aula da escola primária do Congresso de Cassacá em Bissau (assistência a projectos comunitários e de segurança humana¹⁶) (MoFA, 2016c: 371; Embaixada do Japão na Guiné-Bissau, s.a.).

Cabo Verde é um dos receptores tradicionais da APD japonesa, por o Japão ter feito a ajuda para desenvolvimento económico logo após a independência, e desde 1979, a manutenção de infraestrutura (concessão de doativos) como os portos e o sistema de abastecimento de água na área de pesca, principal indústria do país, e a ajuda alimentar tem sido consequentemente implementada desde 1980 (MoFA, 2016c: 355-356). Embora o país não tenha vantagens económicas, sendo uma ilha remota com pouca precipitação, o terreno inadequado para agricultura e a falta de recursos naturais, tem sido politicamente estabilizado e deixou de ser o LDC no final de 2007 (Ibid.: 355). O Japão tinha interesse

¹⁵ É chamado *Non-project aid* em inglês, uma vez que esta ajuda não é destinada a projetos específicos. Porém normalmente é usado como assistência para melhorar a estrutura económica dos países em desenvolvimento, onde há crises financeiras, tais como acumulação da dívida nacional ou aumento do défice público (JICS (s.a.), “Non-Project Grant Aid”(online), consultado em 11.09.2017, Disponível em: http://www.jics.or.jp/jics_html-e/activities/grant/nonpro/index.html).

¹⁶ Chama-se *Kusanone* • *Ningen no Anzenhoshou Mushoushikin Kyouryoku* em japonês. Os fundos são dados às ONGs nacionais ou internacionais que se atuam os seus pequenos projectos para o desenvolvimento sócio-económico local nos países em desenvolvimento, com a delimitação do orçamento menos de 10 milhões JPY.

em demonstrar aos países africanos os modelos significativos da APD japonesa realizando os projectos relacionados com o desenvolvimento social e económico do país (Carvalho, 2015: 58). Perante este facto, o Presidente e o Primeiro-Ministro caboverdianos foram convidados para a TICAD IV e a TICAD V. Apesar de o Japão estar, cada vez mais, a contribuir para o desenvolvimento dos países através de empréstimos, considerando-se que a economia do país está na transição estrutural, continua a atribuir a APD para o melhoramento ambiental de saneamento na cidade, no porto de Praia e de equipamentos médicos na Ilha de Santiago (ambos são de assistência a projectos comunitários e de segurança humana) (MoFA, 2016c: 355).

São Tomé e Príncipe mantinha relações com a União Soviética e Angola, ao mesmo tempo, para segurança económica, com os países ocidentais para segurança nacional (Chabal 2002 *apud* Carvalho, 2015, p. 53; Carvalho, 2016: 261). No entanto, uma vez que o país tinha uma dimensão territorial pequena com alta taxa de pobreza crónica, por falta de alimentação e sem indústria nacional, o Japão tem fornecido cooperação através de concessões de donativos, concentrados na ajuda alimentar (MoFA, 2016c: 388). Ao entrar na década de 2000, a APD japonesa para São Tomé, excepto a feita por motivos de assistência humanitária, foi temporariamente interrompida, devido à corrupção relacionada com o Primeiro-Ministro da altura devido ao uso ilegal de fundos monetários fornecidos pelo Japão para ajuda alimentar. No entanto, a ajuda voltou a ser reativada por altura da TICAD VI (Carvalho, 2015: 59). Actualmente o apoio japonês ao desenvolvimento dos recursos humanos e aos serviços sociais fundamentais centram-se no sector educativo (ambos são de assistência a projectos comunitários e de segurança humana) contribuindo para eliminar a vulnerabilidade económica, dependendo 90% dos orçamentos governamentais no auxílio da comunidade internacional (MoFA, 2016c: 388). Contudo, comparativamente aos outros quatro PALOP anteriormente mencionados, a relação bilateral entre o Japão e São Tomé teve poucos progressos, sendo que a APD bilateral japonesa de 2011 a 2015 não excedeu os 4 milhões de USD, o segundo menor montante dentro dos PALOP (Ibid.: 389). Acresce o facto de a APD ser a única forma de ajuda, pois, até à data, não houve qualquer investimento directo por parte do sector privado japonês (MoFA, 2017b).

Com a Guiné Equatorial, que adoptou o português como língua oficial em 2015, a APD do Japão era direccionada principalmente para ajuda alimentar e assistência à democratização i.e. após ter iniciado a primeira concessão de donativos em 1983. Mas, devido à instabilidade política surgida pelas tentativas de golpe de estado e de ataque à presidência da república na década de 2000, o Japão e de acordo com a Carta de APD passou apenas a dar cooperação técnica, realizando formação dos técnicos guineenses, no Japão, com menos de 100 mil USD do orçamento anual (MoFA, 2016c: 413-414). Apesar disso, as relações económicas têm-se mantido fortes e importantes devido aos recursos naturais como petróleo e gás natural. Em 2015, as exportações guiné-equatorianas realizadas para o Japão foram 13,8 bilhões JPY, seguindo Angola (34,6 bilhões JPY), e o montante do comércio total de Guiné Equatorial para o

Japão marcou o segundo lugar dentro dos PALOP (MoFA, 2017c). Tendo em conta o crescente diálogo político ao nível dos chefes dos Estados nas últimas duas edições da TICAD, espera-se que haja um progresso das relações bilaterais entre os dois Estados (Ibid.).

Conforme foi estudado neste capítulo, os progressos das relações entre o Japão e os PALOP são diversos, devido à situação política e ao potencial económico em cada país, e particularmente à relação com Angola e Moçambique, quer diplomática quer económica, tem sido significativa. Até à presente data, só existem embaixadas japonesas em Angola (desde 2005) e Moçambique (desde 2000), sendo que a embaixada japonesa no Senegal encarrega-se dos assuntos para a Guiné-Bissau e Cabo Verde, enquanto que os assuntos de São Tomé e Príncipe e a Guiné Equatorial são exercidos na embaixada japonesa no Gabão. É de nota que a relação do Japão com Moçambique é a mais especial, demonstrada no aprofundamento das relações bilaterais entre os dois Estados nos últimos anos, com intercâmbios frequentes ao nível governamental, implementação dos projectos diversificados da APD em múltiplos campos, e a reactivação de investimentos directos pelo sector privado japonês. Neste contexto, no próximo capítulo, estuda-se as relações entre o Japão e Moçambique e analisa-se os projectos mais representativos da APD Japonesa, no âmbito de cooperação para o desenvolvimento económico.

Capítulo III - Relações entre o Japão e Moçambique e Cooperação Japonesa para o Desenvolvimento Económico

Em primeiro lugar, descreve-se a breve história de Moçambique seguida pela relação entre o Japão e Moçambique. Em segundo lugar, apresenta-se um dos projectos mais representativos da cooperação japonesa para o desenvolvimento económico em Moçambique com recurso à APD. A cooperação japonesa para o desenvolvimento económico nos países em desenvolvimento é feita através de um dos modos principais: (i) Fluxo Oficial (a APD bilateral, a APD multilateral via organizações internacionais, o fundo oficial de crédito à exportação e investimento pelo sector privado, etc.); (ii) Fluxo Privado (exportação, importação, investimento directo, etc.); (iii) doação pelas ONGs (JICA, 2015b). Considera-se que cerca de 70% do fundo japonês, relativo ao desenvolvimento económico, é fornecido pelo sector privado (JICA, s.a.b), no entanto, na presente dissertação, trata-se da APD bilateral, pois é esta que tem desempenhado tradicionalmente um papel central na política externa japonesa para África e em particular para os PALOP.

3.1. Breve Introdução sobre Moçambique - História Pós-Independência e Relações com o Japão

Moçambique, oficialmente designado como República de Moçambique, é um país situado no sudeste do continente africano com 801,590 km² de área territorial, banhado pelo Oceano Índico a leste, e que faz fronteira com a Tanzânia a norte; o Malawi e a Zâmbia a noroeste; o Zimbabwe a oeste e a Suazilândia e a África do Sul a sudoeste. O país está dividido em 11 províncias, com uma população de 28 milhões de pessoas. A capital é Maputo, chamada Lourenço Marques durante a colonização

portuguesa (Portal do Governo de Moçambique, s.a.; The World Bank in Mozambique, s.a.).

Com a descolonização e a luta pela independência de Portugal em 1975, a guerra civil continuou agora entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o partido governante marxista-lenista, e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), uma organização política anti-comunista patrocinada pela Organização Central de Inteligência da Rodésia (actualmente Zimbabwe), causando centenas de vítimas e a devastação da terra (Ichinose, 2004: 138-140). O falecimento do Presidente Samora Machel da FRELIMO em 1986 abriu o regime socialista-marxista ao ocidente levando o Presidente Chissano a declarar o fim da ideologia marxista após o colapso da União Soviética em 1988. Por sua vez, o Acordo Geral de Paz em 1992 colocou um fim à longa guerra civil de 17 anos, introduziu o sistema multipartidário e a economia de mercado livre (Ibid.: 140). Depois da assinatura do acordo, Moçambique avançou na reconstrução, regresso e reintegração dos refugiados na sociedade através da reabilitação das instituições do Estado. Importante nesta reabilitação política, social e económica foi a convocação de quatro eleições gerais, a privatização de empresas estatais sob uma política económica relativamente estável (JICA, s.a.c) assim como o apoio da comunidade internacional fundamental para um desenvolvimento sustentável, seja por parte do Japão ou até da China (Carvalho, 2015: 50-66).

Conforme visto no capítulo anterior, após a reactivação da relação bilateral, com a ajuda de emergência a desastres naturais em 1975, a relação entre o Japão e Moçambique era bastante amigável. Podemos considerar que as relações entre o Japão e Moçambique foram sempre mais dinâmicas do que com Angola, não só pela guerra civil ter terminado 10 anos mais cedo (Sato, 2009 *apud* Raposo, 2014b, p.155), mas também porque a transição para um regime democrático teve menos problemas. Esta tendência tem sido reforçada nos últimos anos (MoFA, 2016c: 477). Depois, a recente visita do Primeiro-Ministro japonês Shinzo Abe a Moçambique aumentou as condições para o desenvolvimento da cooperação económica entre os dois países, entre as quais é de realçar o acordo de investimento directo entre os dois países e a participação do Japão na CPLP, enquanto observador. .

A visita do Primeiro-Ministro Abe a Moçambique, realizada em Janeiro de 2014, é considerada uma das razões principais para o aprofundamento das relações bilaterais entre o Japão e Moçambique nos últimos anos, “cumprindo assim o seu compromisso da visita do Primeiro-Ministro a África, assumido na TICAD V” e apresentar “o seu interesse em cooperar para o desenvolvimento sustentável, económico e social do país, onde diversas empresas japonesas estão envolvidas nas actividades comerciais, apoiando a promoção industrial com o uso sustentável dos recursos naturais, marcando a presença para fortalecer a sua rede no continente africano”, o que justifica também a escolha de Moçambique como um dos três países da visita oficial a África (MoFA, 2014e; MoFA, 2014f: 1-2, 7; Raposo, 2014b: 6). Ainda durante esta visita, o Japão prometeu que contribuiria para o desenvolvimento, através de apoio para a formação local de recursos humanos através da criação de de

300 quadros, conforme descrito na “Iniciativa de Desenvolvimento de Gás Natural e Carvão de Moçambique”, e na “Iniciativa ABE (African Business Education)”¹⁷. Neste contexto, o Japão criou um fundo monetário de 70 bilhões JPY para realizar o projecto abrangente como o desenvolvimento do corredor de Nacala conforme mencionado no “Pacote de Apoio ao Crescimento Mútuo de Japão-Moçambique”, ao mesmo tempo, incrementaria os recursos adquiridos à prosperidade dos povos moçambicanos, construindo uma relação “win-win partnership” isto é mutuamente benéfica através de diálogo, intercâmbio económico, e cooperação para o desenvolvimento (Ibid.).

Perante este compromisso, os projectos da APD realizados pela JICA em Moçambique estão aumentando gradualmente (Yokoyama, 2016)¹⁸. A APD bilateral acumulada de 2013 a 2015 é 298 milhões USD, o valor mais alto nos PALOP (Angola: 240,47 milhões USD; Cabo Verde 34,85 milhões USD; Guiné-Bissau: 17,17 milhões USD; São Tomé: 6,7 milhões USD; Guiné Equatorial: 2,7 milhões USD (MoFA, 2016c: 478). Além disso, o número dos JOCV, cuja missão é realizada somente em Moçambique dentro dos PALOP, passou a ser de 20 em 2015 para 46 em 2016 (JICA, s.a.d).

Considera-se que o primeiro acordo de investimento entre o Japão e um país de África subsariana neste caso Moçambique assinado na TICAD V, fortaleceu as relações bilaterais e a visita do Primeiro ministro japonês transmitiu confiança aos investidores japoneses. Segundo a análise do número de empresas japonesas¹⁹, em Moçambique, que em 2011 era 8, inferior ao número das de Angola, passou a ser 19 em 2014 e 27 em 2015 (MoFA, 2017d: 58-67), o que significa que há mais empresas japonesas em Moçambique comparando com outros PALOP (Ibid.: 54, 58 - 67). A conclusão de 6 MOUs na TICAD VI (MoFA, 2016f), reconfirma esta tendência e demonstra a eficácia do acordo de investimento em termos de retorno económico para as empresas japonesas. Geralmente, as empresas japonesas tendem a resistir ao investimento num país em início de desenvolvimento, pois, embora seja um mercado atraente, verifica-se a falta de infra-estruturas básicas como electricidade e logística, ou a imaturidade dos recursos humanos locais (Ikegami, 2015: 29-33), no entanto, a ausência desta tendência pode ser um indicador positivo de que as relações bilaterais entre o Japão e Moçambique estão a ficar cada vez mais sólidas.

A participação do Japão na CPLP, enquanto observador, aprovada na cimeira da CPLP em Timor-

¹⁷ O programa oferece oportunidades de se frequentar nos cursos de Mestrado nas universidades japonesas ou ter estágios nas empresas japonesas para 1000 jovens africanos durante 5 anos. Espera-se que os participantes neste programa contribuam futuramente no desenvolvimento em diversas áreas em África e sejam pontes entre empresas japonesas e os países africanos.

¹⁸ A entrevista com o Sr. Dr. Koji Yokoyama, Representante da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) em Moçambique, foi feita no dia 10 de Outubro de 2016, no escritório da JICA em Maputo.

¹⁹ Total das empresas japonesas e afiliadas no exterior. O número foi declarado pela embaixada japonesa em Moçambique. Não se anunciou o número em 2012 (MoFA, 2017d: 58-67).

Leste em Julho de 2014 (MoFA, 2015a), é considerada como uma consequência positiva da visita do Primeiro-Ministro Abe a Moçambique (Azuma, 2014). A intenção da participação do Japão na CPLP foi apresentada pelo próprio Primeiro-Ministro Abe numa reunião com o Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho durante a visita a Portugal realizada em Maio de 2014 (MoFA, 2014d). Dois meses depois desta reunião, o estatuto de “observador” foi atribuído ao Japão, pela consideração “dos esforços diplomáticos constantes que o Japão tem estabelecido no relacionamento com todos os países-membros da CPLP. É importante notar que não houve nenhum país contra o desejo do Japão” e pelo apoio de delegados dos PALOP. Especialmente, Murade Murargy, Secretário Executivo da CPLP, deu uma alta avaliação aos projectos japoneses para o desenvolvimento económico em Moçambique (Azuma, 2014). Apesar dos principais objectivos da CPLP²⁰ não estarem directamente direccionados à economia, nos últimos anos, tem-se discutido muito sobre o fortalecimento das relações económicas entre os países-membros da CPLP (Público, 2016). E o Secretário Executivo Murargy afirmou que; para o crescimento económico e social da CPLP, a cooperação entre governos e sectores privados é indispensável, a cooperação dos novos países observadores que são também os pioneiros na revitalização de cooperação económica na CPLP (CPLP, 2014: 6-7; Business Portugal, 2016: 4-9; Pontos de Vista, 2016: 12-15).

Conforme acima estudado, o impacto da visita oficial do Primeiro-Ministro japonês é visível, quer no aprofundamento das relações bilaterais entre o Japão e Moçambique, quer seja através dos canais diplomáticos e comerciais nos últimos anos, seja pela alta avaliação aos projectos multidimensionais para o desenvolvimento social e particularmente económico, conforme assumido nas edições das várias TICAD ou nos planos da APD. No capítulo seguinte, estudam-se as políticas gerais da APD japonesa para Moçambique.

3.2. Plano Estratégico de Moçambique para o Desenvolvimento e Políticas da APD Japonesa para Moçambique

Moçambique possui uma taxa de crescimento económica alta e estável em média de 7,24% nos últimos 10 anos; no entanto é ainda um dos países mais pobres do mundo (UFJ Institute e JETRO, 2005: 123) com um rendimento médio (RNB) per capita de 540 dólares e uma taxa de pobreza de 54,7%²¹ em 2016 (The World Bank, s.a.). Além disso, o Índice de Desenvolvimento Humano mantém-se a um nível muito baixo (UFJ Institute e JETRO, 2005: 139), estando classificada em 181

²⁰ Os objectivos gerais da CPLP são: a concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; e a materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa (CPLP, (s.a.), “Objectivos”(online), consultado em 20.09.2017, Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2763.aspx>)

²¹ A taxa foi calculada em 2008, mas era o mais actual em 2016 (The World Bank, s.a.).

num total de 188 países. Entre as razões principais para este atraso contam-se várias áreas como: igualdade de género, saúde, saneamento, e educação (The World Bank in Mozambique, s.a.), e a certificação como um LDC (DPAD / UN-DESA, 2017).

Perante estes factos, o Governo moçambicano formulou o "Plano de Actividades de Redução da Pobreza (PARP 2011-2014)", e identificou três objectivos prioritários (melhoria da produtividade agrícola e piscatória; criação de empregos; desenvolvimento social e humano) e os pilares do plano, como a execução de boa governança, de macroeconomia e a gestão adequada de fundos públicos. Entre outros, o Governo prometeu que se esforçaria na redução de índice de pobreza de 54,7% em 2009 a 42% em 2014, para alcançar os ODM, através de criação de emprego e desenvolvimento humano e social (JICA, s.a.b).

Com base neste plano do Governo moçambicano, o Governo japonês delineou um plano estratégico de assistência com foco nos seguintes pontos prioritários; (i) desenvolvimento de infra-estruturas para a revitalização económica das áreas rurais, onde o desenvolvimento tende a ser adiado; (ii) desenvolvimento humano e social como melhoria do acesso aos serviços de saúde e educação básica e do acesso a água potável; e (iii) implementação de sistema de prevenção de desastres naturais ou de mudanças climáticas como o estabelecimento de um sistema de observação meteorológica para fortalecer a capacidade de resposta a riscos como desastres preliminares, o fortalecimento da capacidade para gerir recursos florestais e a melhoria da capacidade de eliminação de resíduos em áreas urbanas (MoFA, 2016g). E baseando-se nestes pontos prioritários, cerca de 25 projectos da APD sob orientação da JICA foram criados. Na presente tese, aborda-se o projecto de desenvolvimento do corredor de Nacala, o projecto da APD japonesa em Moçambique mais relevante nos últimos anos.

3.3. Esquema do Projecto de Desenvolvimento do Corredor de Nacala

O corredor de Nacala, localizado no norte de Moçambique, era a rota mais importante de exportação para Moçambique, através do país-vizinho, o Malawi, perto de Nacala, havendo linhas ferroviárias e porto. No entanto, devido à guerra civil em Moçambique, as infra-estruturas da área ficaram destruídas. Com o fim da guerra civil, na década de 1990, a reparação das instalações ferroviárias e de comboio no corredor foram realizadas com ajuda financeira dos países desenvolvidos; no entanto, o desenvolvimento rural nas províncias ao redor do corredor de Nacala (Nampula, Niassa, Cabo Delgado, Zambézia, e Tete) ficou abandonado devido à distância da capital, onde se afirmavam os planos estratégicos para o desenvolvimento do país. Apesar da privatização da gestão das instalações no corredor pelo investimento privado em 2005, a área ainda não está a um nível suficiente para promover a participação do sector privado (JICA et. al, 2015: 1-3). É necessário portanto criar as condições para atrair mais investimento privado.

Na década de 2000, a área de Nacala atingiu um nível de recuperação que a tornou mais atraente do

ponto de vista de pólo atrativo de mais investimento privado e para tal também contribui o porto natural que serve de porta de entrada internacional (UFJ Institute e JETRO, 2005: 125). Com o aumento de investimento privado interno e externo na área de Nacala em 2007 passou a ser considerada uma zona económica especial. Em resposta a isso, os doadores principais tais como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Coreia do Sul e o Japão realizaram a reabilitação da rede rodoviária, ligando todas as províncias ao redor do corredor de Nacala. Em resultado, o investimento privado na agricultura e/ou na florestação industrial aumentou na província de Nampula, Niassa, e Zambézia (JICA et. al, 2015: 1-3). Entretanto, com a descoberta de reservas de carvão na província de Tete e de gás natural na Bacia de Rovuma, localizada na província de Cabo Delgado, o desenvolvimento rural pelo sector privado foi promovido (Moçambique LNG, s.a.; Mitsui&Co., 2016).

Pelo facto da participação das empresas japonesas nesse desenvolvimento rural, o Governo japonês tem feito diversos projectos da APD, posicionando o corredor de Nacala como uma das áreas prioritárias de desenvolvimento regionais abrangidas pelo Japão em África²²(Raposo, 2014a: 35, 98). Os 12 projectos designados como o Programa de Desenvolvimento do Corredor de Nacala estão em curso: Desenvolvimento (Extensão) do Porto de Nacala; Reforço de Transmissão e Distribuição; Construção da Estrada Mandimba-Lichinga; Construção de Pontes Ile-Cuamba; Construção de Pontes na Estrada Nacional 380; Construção de Institutos de Formação do Pessoal em Saúde e Provisão de Equipamento de Treinamento; Construção do Instituto de Formação de Professores Primários, etc. (JICA, 2017a). Este programa é abrangente, também financeiramente, abordando o facto que somente o projecto de Desenvolvimento do Porto de Nacala se realizou com empréstimos de 78,89 bilhões JPY à primeira fase (2012- 2015) e de 29,23 bilhões JPY à segunda fase (2015-2017) (JICA, s.a.e). Dos projectos mencionados, no presente trabalho, foca-se particularmente o projecto de desenvolvimento agrícola chamado "ProSAVANA".

3.4. Esquema do ProSAVANA -Projecto Agrícola do Corredor de Nacala

O ProSAVANA, oficialmente designado como o "Programa de Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais de Moçambique através da Cooperação Triangular entre o Japão, o Brasil e Moçambique (ProSAVANA-JBM)", tem como objectivo criar modelos agrícolas, através do desenvolvimento agrícola sustentável, para melhorar a vida dos moradores locais, aumentar a produtividade dos mesmos, e criar empregos através do investimento (Okada, 2015: 8; ProSAVANA, s.a.a).

Segundo os dados do Banco Mundial, cerca de 30% da APD em 24 países da África subsariana é

²² Além do corredor de Nacala, mais dois corredores foram seleccionados como alvos de desenvolvimento regional abrangente: corredor do nordeste africano (o Quénia, Uganda) e área de "Anel de crescimento" de África Ocidental (Burkina Faso, a Costa do Marfim, o Gana, Togo).

direccionado ao desenvolvimento agrícola, e 80% desta APD é direccionado a Níger, Ruanda e Moçambique (The World Bank, 2008: 257). Em Moçambique, cerca de 80% da população está envolvido na agricultura e a esta ocupa cerca de 23% do PIB nacional (MASA, 2015: 1; Mosca, 2014: 3). Após a guerra civil, o Governo moçambicano realizou vários projectos para o desenvolvimento agrícola com assistência dos países desenvolvidos, no entanto, a agricultura camponesa continuava a ter falta de produtividade. Neste período, a prioridade foi dada ao desenvolvimento de infra-estruturas e recursos naturais, com resultados notáveis, embora falte ainda implementar um fundo agrícola e aumentar a formação dos recursos humanos no sector agrícola, para garantir o planeamento assertivo e a implementação dos projectos de longo prazo (Mosca, 2010: 179; Mosca, 2014: 9-10). Além disso, o defeito de produção de bens de exportação, a seca, o aumento dos preços de alimentos ou de recursos naturais no nível mundial também causaram o atraso do desenvolvimento agrícola. No entanto, na segunda metade da década de 2000, a importância da "Revolução Verde"²³ de versão africana começou a ser internacionalmente discutida, e em Moçambique, reconheceu-se a necessidade de fortalecimento de produtividade do pequeno agricultor para garantir o aumento e o abastecimento sustentável de alimentos (MINAG, s.a.: 3-6).

Neste período, o Japão reforçou a sua diplomacia com o Brasil, devido aos laços historicamente fortes por via da imigração japonesa para o Brasil. A migração japonesa serviu como pólo para fortalecer a cooperação bilateral com o Brasil um dos países emergentes mais promissores no âmbito internacional aos níveis político e económica (Funada, 2013: 3). E na conversação bilateral Japão-Brasil, na cimeira do G8, realizada em Julho de 2009, o Primeiro-Ministro Taro Aso e o Presidente Lula da Silva debateram a possibilidade de cooperação em “desenvolvimento agrícola na savana tropical africana, aplicando experiências de cooperação bilateral no desenvolvimento agrícola no cerrado brasileiro” (Hongo e Hosono, 2012: 235). O que se referiu na conversação é o programa chamado PRODECER, realizado de 1979 a 1999 na área chamada Cerrado, em que se converteu a terra infertilizada no maior campo mundial na produção de grão (soja), tendo as duas autoridades a perspectiva de aplicação desta experiência em Moçambique, especificamente no corredor de Nacala, uma zona semelhante pelo menos na descrição e latitude do Cerrado (Ibid.). No relatório do Banco Mundial chamado o "Awaking Africa's Sleeping Giant", descreveu-se o norte de Moçambique, incluindo o corredor de Nacala, como uma das regiões em que se escondia o potencial de desenvolvimento agrícola (Okada, 2015: 9). Perante estes factos, em Setembro de 2009, os representantes dos três países Moçambique, o Brasil e o Japão chegaram a acordo para realizar o projecto triangular agrícola, passando a fase de pesquisa e preparação, o ProSAVANA teve o início em 2011.

²³ "Uma expressão usada, pela primeira vez em 1968, por William Gaud, diretor da USAID, para descrever a transformação da agricultura em muitos países em desenvolvimento, levando a aumentos significativos na produção e produtividade durante décadas de 1940 a 1960 "(MINAG, s.a.: 2-3).

O ProSAVANA abrange uma área de 107,002 km², contendo 19 distritos nas províncias de Niassa, Nampula, Zambézia, onde reside 17% da população moçambicana (cerca de 4,3 milhões de habitantes) (MASA , 2015: 1-2; ProSAVANA, s.a.a). Este mega-projeto agrícola é composto por três projectos principais; (i) Melhoria da Capacidade de Pesquisa e Transferência de Tecnologias (ProSAVANA-PI); (ii) Apoio ao Plano Director para o Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala (ProSAVANA-PD); e (iii) Melhoria do Serviço de Extensão Agrária (ProSAVANA-PEM) (ProSAVANA, s.a.a; MoFA, 2016g).

No PI, tende-se “acumular os resultados de pesquisas e testes” como a elaboração de culturas apropriadas e variadas, o melhoramento do solo e a criação de tecnologia de cultivo, assim como “demonstrar as novas tecnologias” em projetos piloto-agrícolas, estabelecendo um sistema de investigação e desenvolvimento, nas duas estações experimentais agrícolas em Nampula e Lichinga, geridas pelo Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) sob a orientação do Ministério de Agricultura de Moçambique (MINAG) (ProSAVANA, s.a.a; JICA, 2017b).

O PD é um projecto para a formulação de um plano de desenvolvimento agrícola realizado na colaboração dos vários actores, a saber: o Governo moçambicano, a JICA (e várias empresas de consultoria) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) (ProSAVANA, s.a.a). Dentro das várias políticas estratégicas moçambicanas para o desenvolvimento do sector agrário contam-se a a Agenda 2025, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) 2011-2020, os Programas Quinquenais do Governo (PQG), e o Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP). É importante salientar que o PD assenta especialmente no PEDSA, em que se configura a meta em realizar "o sector agrícola competitivo e sustentável" desempenhando: (i) a segurança alimentar e a melhoria da nutrição; (ii) o fortalecimento da competitividade da produção doméstica e o aumento da renda dos agricultores; e (iii) a utilização sustentável dos recursos naturais e conservação ambiental (MINAG, 2011: 1-2; MASA, 2015: 1-1).

Na PEM, o objetivo é a realização e o estabelecimento da prática de modelos de desenvolvimento agrícola para a melhoria da acessibilidade e a qualidade dos serviços de extensão agrária. Para tal, a PEM implementa vários modelos contemplados por dimensão (comunidade, associação, associação cooperativa²⁴) e por função (cultivo contractual, cadeia de valor) (ProSAVANA, 2017; JICA, 2017c). Assim, o ProSAVANA seria um projecto feito numa "parceria inovadora" ou um "bom caso de cooperação triangular"²⁵.

²⁴ Uma associação é composta por 15 a 20 famílias agrícolas, e uma associação cooperativa é maior, sendo compostado por 800 a 1000 famílias agrícolas (Yokoyama, 2016).

²⁵ O anúncio no "Relatório sobre o Desenvolvimento", apresentado por Bill Gates na cimera do G20, realizado em Novembro de 2011, e o discurso de abertura pela Secretária de Estado Hillary Clinton no Fórum de Alto

3.4.1. Problemas do ProSAVANA

O ProSAVANA era inicialmente visto como um projecto favorável, no entanto, pouco depois da sua execução, devido ao aumento de discordância entre os diversos actores do programa, especialistas e sociedades civis, havendo inclusivé até campanhas contra o referido projecto, a revisão do programa teve de ser posta em prática (Carvalho, 2015: 66; Okada, 2015: 9; Mosca, 2014: 20-22).

Uma especialista refere que a origem do ProSAVANA estava na intenção política do Japão para fortalecer os laços com o Brasil e África por motivo de aumentar a sua presença nas cimeiras ou ganhar um bom estatuto na comunidade internacional, sendo que os direitos dos pequenos agricultores as suas necessidades e a concordância destes com o programa não estava contemplado nas negociações (Funada, 2013: 3, 8). O ProSAVANA, na realidade, era considerado como uma parte do Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP), que teve o início em 2000 (Okada, 2015: 11). Vários especialistas concordam que as semelhanças relativas ao solo e ao clima e habitacionais entre as duas regiões (o Cerrado e o corredor de Nacala) são praticamente nulas (Leitão, 2015a: 24).

“O cerrado tinha um concentração extremamente elevada de acidez e alumínio no solo e poucos nutrientes, e era portanto adequado para várias soluções de alta tecnologia. Por outro lado, isso implicava que poucos agricultores viviam lá e podiam facilmente ser expulsos pela ditadura militar da época. Pelo contrário, no corredor de Nacala há solos de boa qualidade, uma grande densidade populacional e uma lei de terras que dificulta a remoção das pessoas”(Hanlon e Smart, 2013 *apud* Leitão, 2015a, p.24).

Além disso, para a União Nacional de Camponeses (UNAC) expressa que os grupos de cidadãos que se opõem ao programa reclamam que o ProSAVANA não ajuda a agricultura familiar, mas só promove o investimento do agronegócio, levando a ainda maior expropriação dos camponeses das suas próprias terras (Leitão, 2015a: 22-23; Funada, 2013: 18; GRAIN, 2012: 2). Esta preocupação aumenta pela existência de ambiguidades no registo das terras. E quando surge necessidade de resolver conflitos de terras entre comunidade rurais e empresas interessadas, “o Estado surge do lado das multinacionais, deixando o processo ficar pouco transparentes em termos de prestação de informações para as comunidades, estabelecimento de compromissos escritos e avaliação económica dos bens, e se necessário, com força policial repressiva” (Mosca, 2014: 13-14).

E a UNAC e os grupos de cidadãos contra o projecto argumentam que eles nem sempre são convidados para fóruns ou audiências públicas, onde são abordados os planos implementados no âmbito do ProSAVANA, por tanto, conseguem obter poucas informações (GRAIN, 2012) e, embora tenham sido convidados, não havia muita oportunidade para os agricultores locais questionarem nos eventos, pois têm sido concentrados apenas em apresentações pelo Governo moçambicano (Mosca,

Nível sobre a Melhoria da Eficácia da Ajuda, realizado na mesma altura (Hongo e Hosono, 2012: 235).

2014: 21). Assim, criou-se uma enorme discrepância, entre o ideal descrito no projecto e a realidade, criando-se a impressão do programa como o "símbolo do Neo-Colonialismo" ou o "sistema do retorno da escravidão" (Deutsche Welle, 2015).

Por outro lado, existem também problemas no lado dos actores intervenientes do programa, como alguma discordância na intenção e na vontade dos três governos, após a assinatura do acordo do programa em 2011 (Okada, 2015: 11). Por exemplo, o Brasil teve dificuldade em financiar a assistência aos projectos de desenvolvimento em Moçambique devido à corrupção governamental e à crise monetária, tendo ficado pendente a manutenção da estação experimental agrícola de Lichinga (Yokoyama, 2016).

3.4.2. Iniciativas e Desafios para a Reactivação do ProSAVANA

Perante as razões acima revelados, o ProSAVANA não foi executado conforme inicialmente previsto, no entanto, nos últimos dois anos, nota-se que houve uma tendência para melhorar o programa substancialmente.

Por exemplo, em Março de 2015, o “Plano Director para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacalam em Moçambique -Esboço Versão 0” foi publicado (ProSAVANA, s.a.b). Neste esboço, argumenta-se claramente que a privação das terras, uma das preocupações principais do ProSAVANA, não ocorrerá porque qualquer investimento privado que cause expropriação de terras, para produção agrícola, não será apoiado, a menos que não seja implementado o sistema de protecção dos direitos (MASA, 2015: 1-9-1-10, 3-8-3-9). A este ponto, Antonio Limbau, ex-Vice Ministro da Agricultura e o organizador do ProSAVANA, complementa que não haverá necessidade de movimentação dos produtores (Leitão, 2015b: 34). Em relação à necessidade da reforma do sistema agrícola, no esboço, demonstra-se que “de acordo com o programa de “Estudo de Zoneamento Agro-ecológico (ZAEN)”, realizado pelo MASA entre 2012 e 2014”, apesar de que “a terra potencial real para agricultura já estar quase saturada com a prática predominante do cultivo extensivo pelos produtores”, será frutífero se se transformar o sistema de cultivo extensivo num sistema de agricultura intensiva, em que se permitirá “o desenvolvimento de novas áreas de cultivo estimado entre 2.0 e 2.8 milhões de hectares” e “poderá absorver cerca de 1.5 a 2.1 milhões de famílias camponesas” devido à perspectiva populacional superior a 1 milhão em 2030 (MASA, 2015: 2-3). Adicionalmente, de acordo com o Inquérito Agrícola Integrado (IAI), realizado pelo MINAG em 2012, já se notava que uma família camponesa tradicional tinha apenas 1 hectare de terra arável, utilizada somente através de enxada, sem sementes melhoradas nem tecnologias e anualmente ganhava apenas 89 USD (Leitão, 2015a: 26).

E em Abril de 2015, o Governo japonês entregou o relatório final de estudo do " Projecto das Estratégias de Desenvolvimento Económico do Corredor de Nacala (PEDEC-NACALA) ao Governo moçambicano (JICA et. al, 2015: 2). O desenvolvimento da região tinha sido realizado sem

estabelecer interligações entre o investimento pelo sector privado e a assistência oficial pelas organizações governamentais, não tendo havido nenhum plano geral e concreto nem restrições legais, preocupava-se com possíveis críticas futuras, como expropriação dos recursos naturais e humanos, das terras e destruição ambiental pelas empresas multinacionais (Ibid.: 1).

Relativamente a outros pontos críticos, os actores do projecto têm negado os argumentos de desenvolvimento sustentável do ProSAVANA. Por exemplo, negam o facto de o ProSAVANA querer promover o agronegócio. Apesar de uma missão conjunta de empresas japonesas e brasileiras ter sido enviada com o objectivo de promover o investimento agrário no corredor de Nacala em 2012 (JICA, 2012), afirma-se que o principal objectivo do ProSAVANA é realizar o desenvolvimento agrícola sustentável que ajudará habitantes locais (ProSAVANA, s.a.b). Contudo, na entrevista realizada a organizações japonesas, durante a estadia em Maputo, para aferir estes dados, não se reconfirmou a participação do sector privado no ProSAVANA.

Além disso, a JICA tem tentado incorporar as opiniões dos habitantes locais, aumentando oportunidades de diálogos através de audiências públicas. Por exemplo, entre Abril e junho de 2015, foram realizadas 41 audiências públicas na cidade de Maputo e em todos os municípios, onde a implantação do programa está em curso (MINAG, 2016: 1-3). E em Fevereiro de 2016, o Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala (MCSC-CN) foi organizado, incorporando a maior parte das sociedades civis das províncias de Niassa, Nampula, e Zambézia. Em resultado, o número de pessoas que concordam com os objectivos do ProSAVANA tem aumentado gradualmente (Yokoyama, 2016).

A discussão do programa está a ser novamente estimulada pelo Governo moçambicano. Na recepção do Dia Nacional no final de 2016, organizada pela Embaixada do Japão em Moçambique, Carlos Mesquita, Ministro dos Transportes e Comunicação afirmou claramente que o ProSAVANA é o projecto prioritário, trazendo a modernização e o desenvolvimento no sector agrícola de Moçambique, e contribui não só na transição de produção familiar para o mercado interno e externo com novas tecnologias, mas também no aumento da produção sustentável de alimentos e do salário dos pequenos agricultores (Deutsche Welle, 2016). E na conversação bilateral aquando à visita do Presidente Nyusi ao Japão realizada em Março de 2017, na celebração de 40 anos de diplomacia entre dois países, as trocas dos novos memorandos de concessão de donativos no PEDEC-NACALA, incluindo o ProSAVANA, foram feitas (MoFA, 2017a).

No entanto, para que o programa possa estar definitivamente em andamento existem ainda problemas por resolver: por exemplo, face às declarações contra o conteúdo do esboço do plano director do

programa²⁶ ou à atitude do governo nas audiências públicas feitas por algumas sociedades civis, o Governo moçambicano parece estar disposto a não proteger as organizações que tentam impedir que o programa avance (Clube de Moçambique, 2017).

Conclusão- Breve Perspectiva sobre o Futuro das Relações entre o Japão e África

Na presente dissertação, fez-se uma revisão da transição das relações entre o Japão e África, na delimitação do fim da IIGM até 2016, dando mais foco na formulação da política externa japonesa para África através das seis edições da TICAD e na formulação das Cartas de APD e da Carta da Cooperação para o Desenvolvimento que substituiu as primeiras duas.

O Japão, apesar de ter assinado o Plano Colombo em 1954, direcionava (e ainda hoje o faz) a maioria da sua APD para os países asiáticos como política de indemnizações do pós-guerra. E durante várias décadas até à década de 1980, a região asiática recebeu grande parte da APD Japonesa. No entanto, e como se viu nos capítulos anteriores a partir, da década de 1970, devido à necessidade interna dos recursos naturais para o seu próprio desenvolvimento e à crise económica ao nível internacional, desejo do Japão de se afirmar como país desenvolvido na cena internacional, levou Tóquio a começar a olhar de outra forma para África. Mas é com o fim da Guerra Fria que o Japão vai elaborar uma estratégia concreta de APD para África, formalizada através da TICAD em 1993; sendo que a primeira Carta de APD em 1992 foi outro instrumento para pôr em prática esta nova estratégia de política externa Africana que até ai verdadeiramente não existia. Nas últimas edições da TICAD, nota-se o aumento dos debates sobre o crescimento económico sustentável e a participação do sector privado na formulação de políticas concretas para África, aproveitando que a maioria dos países africanos goza hoje de uma maior estabilidade política mas também económica e social. Além disso, relativamente às relações entre o Japão e os PALOP, embora não tenham tido recuperação das relações diplomáticas após a IIGM até à segunda metade da década de 1970, quando os PALOP conseguiram a sua independência de Portugal, o Japão envidou esforços para contribuir para um desenvolvimento sócio-económico através da APD e do investimento directo privado. Particularmente, com Moçambique, o Japão tem tido uma relação construtiva onde a amizade entre os dois países nunca esteve em causa e o Japão também tem provado isso mesmo quando participou na operação de manutenção de paz da ONU em 1992, a primeira em África pós-guerra fria. Nos últimos anos, as atividades comerciais das

²⁶ Pode-se referenciar os seguintes documentos como declarações exemplares contra o ProSAVANA: “CHAMADA DOS POVOS PARA INVALIDAÇÃO IMEDIATA DA “AUSCULTAÇÃO PÚBLICA DO PLANO DIRECTOR DO PROSAVANA” (Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2015/06/CHAMADA-DOS-POVOS-PARA-INVALIDA%C3%87%C3%83O-IMEDIATA-DA-AUSCULTA%C3%87%C3%83O-P%C3%9ABLICA-DO-PLANO-DIRECTOR-DO-PROSAVANA-.pdf>), “Protesto contra a actuação da JICA sobre a sociedade moçambicana no âmbito do programa ProSavana” (Disponível em: <https://adecru.wordpress.com/2017/02/17/campanha-nao-ao-prosavana/>) (ambos foram consultados em 20.09.2017).

empresas japonesas e os projectos da APD para o desenvolvimento económico em Moçambique aceleraram, devido também à influência da visita do Primeiro-Ministro japonês a Moçambique em 2014.

No entanto, conforme revelado no terceiro capítulo, para se realizar os vários projectos de cooperação económica, existem vários obstáculos a ultrapassar. Considerando-se o fosso entre doadores e receptores da APD, é importante que os doadores façam mais esforços para criar oportunidades de diálogo não só com o Estado mas também com cidadãos, que normalmente poderiam ser mais beneficiados pela implementação dos projectos no desenvolvimento rural. A estrutura política e o nível do desenvolvimento variam de região para região. Assim sendo, os projectos para o desenvolvimento devem ser feitos baseando-se na plena compreensão do estado e da necessidade do país receptor do apoio. Reconfirma-se a eficiência da aplicação de um modelo de desenvolvimento realizado noutro país em desenvolvimento a outro país, através de cooperação triagular ou cooperação Sul-Sul, no entanto, não se consegue realizar o projecto nem ter a sustentabilidade desejada caso não haja a cooperação do país receptor. Ao mesmo tempo, é ideal que os cidadãos do país receptor da ajuda para o desenvolvimento possam ter capacidade para determinar o seu futuro com a ajuda e compreensão dos responsáveis dos projectos.

Apesar de existir benefícios na cooperação pública-privada no âmbito do desenvolvimento económico, havendo preocupação na formulação do PEDEC-Nacala, espera-se que o crescimento do país em desenvolvimento não seja impedido, devivo à competência de aquisição dos recursos pelas empresas multinacionais. Para se evitar o desenvolvimento desordenado é importante consolidar a cooperação pública-privada, os doadores devem exercer a cooperação económica tendo em mente a finalidade da mesma, sendo que a promoção da autonomia e a competitividade dos países africanos não deve ser esquecida. No fim, os lucros dos bens produzidos, através das actividades comerciais, devem reverter para as populações locais numa ótica de desenvolvimento local e de forma sustentada.

Perante estes factos, para o Governo japonês e a JICA, procura-se o fortalecimento da capacidade de estabelecer redes de cooperação entre empresas nacionais e outras organizações ligadas ao desenvolvimento local e internacional. É fundamental que haja concordância entre todos os actores envolvidos e, se necessário, devem ir ajustando as suas estratégias, pois devemos ter em mente que um projecto desta dimensão foi posto em prática pela primeira vez. Sendo o Japão um dos doadores principais da APD para África, considera-se que este é também responsável pela observação de boa execução dos projectos para o desenvolvimento económico, não só em Moçambique, mas também nos outros PALOP. O Japão, criou e continua a construir oportunidades para África e PALOP nas cimeiras internacionais e com a TICAD, possui um “solo” em que se pode estabelecer os planos estratégicos para o desenvolvimento mais abrangentes, numa perspectiva de criar um futuro mais promissor para África. Para tal, é necessário melhorar o planeamento, revendo a consistência dos planos actualmente

efectuados. Além disso, em relação aos PALOP, há possibilidade de se aprofundar futuramente cooperação económica, aproveitando o quadro da CPLP.

Durante a visita a Moçambique, foi reafirmado que Moçambique tinha a noção que o Japão se tornaria num bom parceiro, através das entrevistas realizadas no local. Embora tenha sido a nível pessoal, ouviram-se elogios ao Japão, pelo longo apoio ao desenvolvimento do país, não só através das medidas imediatas, tais como o investimento e ajuda de emergência, mas também através das medidas de médio-longo prazo, tais como cooperação técnica e formação dos recursos humanos, particularmente nas regiões menos seguras. E conta-se isto como vantagem e um dos pontos fortes da cooperação japonesa para o desenvolvimento.

Por outro lado, lamenta-se que os projectos de cooperação económica em Moçambique, abordados no presente trabalho, não possam ter sido investigados de forma mais profunda, sendo que o estudo e as conclusões perderam alguma dimensão. Por razões de segurança, não se pesquisaram fontes oficiais em Moçambique, nem se realizaram visitas aos locais de implementação dos projetos de APD em curso. Quanto a estes pontos, ao terminar a presente dissertação, terá que haver um maior compromisso, doravante, iremos observar com mais atenção e multilateralmente, de forma a obter uma perspectiva futura das relações entre o Japão e a África por exemplo através de trabalhos de campo, para acumular os resultados numa forma mais clara como estatística.

Bibliografia

- Adem, Seifudein (2010), “Africa in Japanese Diplomatic Thought -an African Perspective”, *Journal of Black Studies*, 40(5)
- Ampiah, Kweku (2005), “Japan and the Development of Africa: a Preliminary Evaluation of the Tokyo International Conference on African Development”, *African Affairs*, Vol. 104
- Azuma, Hiroshi (2014), “Message from Ambassador H.E. Mr. Azuma”, http://www.pt.emb-japan.go.jp/jp/con%20web/tayori_2014.8.html, data de edição: 01.08.2016, consultado em 13.09.2017
- Business Portugal (2016), “CPLP: No Caminho da Cooperação e do Desenvolvimento”, *Business Portugal*, Edição de Julho
- Carvalho, Pedro Miguel Amakasu Raposo de Medeiros (2009), “Evolution of Japan’s Foreign Policy to Africa and the TICAD Process”, *Política Internacional e Segurança- Universidade Lusíada*, nº2
- Carvalho, Pedro Miguel Amakasu Raposo de Medeiros (2011), “Japan’s Foreign Aid Policy to Angola and Mozambique”, *Politikon*, 38(2)
- Carvalho, Pedro Miguel Amakasu Raposo de Medeiros (2015), “China’s and Japan’s Foreign Aid Policies vis-à-vis Lusophone Africa”, *Africa Spectrum*, Vol. 50
- Carvalho, Pedro Miguel Amakasu Raposo de Medeiros (2016), “The Evolution of Japan’s Role in ‘Lusophone’ Africa: From Inertia to Action”, *The South African Journal of International Affairs*, 23(3)
- Chabal, Patrick (2002), “The construction of the nation-state”, em Chabal, Patrick *et. al* (orgs.), *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, Bloomington, Indiana University Press, citado por Pedro Miguel Amakasu Raposo de Medeiros Carvalho (2016), “The Evolution of Japan’s Role in ‘Lusophone’ Africa: From Inertia to Action”, *The South African Journal of International Affairs*, 23(3)

- Chichava, Sérgio *et. al* (2013), “DISCURSOS E NARRATIVAS SOBRE O ENGAJAMENTO BRASILEIRO E CHINÊS NA AGRICULTURA MOÇAMBICANA”, em Luís de Brito *et. al* (orgs.), *DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE, 2013*, Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económico
- Classen, Sayaka Funada (2013), “Analysis of the discourse and background of the ProSAVANA programme in Mozambique - focusing on Japan's role”, consultado em 21.08.2015, Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.692.6137&rep=rep1&type=pdf>
- Cornelissen, Scarlett (2012), “Selling Africa: Japan's G8 Politics and Its Africa Diplomacy”, *Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations*, 18(4)
- Cornelissen, Scarlett e Ian Taylor (2000), “The Political Economy of China and Japan's Relationship in Africa: a Comparative Perspective”, *The Pacific Review*, 13(4)
- CPLP (2014), “18 anos CPLP - Os Desafios do Futuro”(online), consultado em 18.09.2017, Disponível em: <https://www.cplp.org/id-4431.aspx>
- Deutsche Welle (2015), “Expropriação de terras é neocolonialismo em Moçambique, acusam camponeses”, <http://www.dw.com/pt-002/expropria%C3%A7%C3%A3o-de-terras-%C3%A9-neocolonialismo-em-mo%C3%A7ambique-acusam-camponeses/a-18271127>, data de edição: 20.02.2015, consultado em 17.09.2017
- Deutsche Welle (2016), “Governo moçambicano reafirma prioridade do megaprograma agrícola ProSavana” <http://www.dw.com/pt-002/governo-mo%C3%A7ambicano-reafirma-prioridade-do-megaprograma-agr%C3%ADcola-ProSAVANA/a-36695568>, data de edição: 08.12.2016, consultado em 24.08.2017
- DPAD/UN-DESA (2017), “Least Developed Country Category: Mozambique Profile”(online), consultado em 13.09.2017, Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dpad/least-developed-country-category-mozambique.html>
- Embaixada do Japão na República de Angola (s.a.), “Quadro Geral da Cooperação Económica com Angola”(online), consultado em 24.08.2017, Disponível em: <http://www.angola.emb-japan.go.jp/pt/oda.htm>
- Endo, Mitsugi (2013), “From “Reactive” to “Principled”: Japan's Foreign Policy Stance toward Africa”, *Japan's Diplomacy Series*, (Online), March 2016, Disponível em: *Japan Digital Library* http://www2.jia.or.jp/en/digital_library/
- FOCAC (2006), “China's African Policy”, <http://www.focac.org/eng/zt/zgdfzccwj/t230479.htm>, data de edição: 12.01.2006, consultado em 01.09.2017
- FOCAC (2012), “Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC)”, <http://www.focac.org/eng/dwjbzjjhys/t952503.htm>, data de edição: 18.07.2012, consultado em 01.09.2017
- Funada, Classen Sayaka *et. al* (2010) (orgs.), *アフリカ学入門ーポップカルチャーから政治経済までー (Introdução de Estudos Africanos – de Cultura Pop até Política e Economia-)* (japonês), Tokyo, Akashi Shoten
- Hanlon, Joseph e Teresa Smart (2013), “Galinhas e cerveja: uma receita para o crescimento”, citado por Leitão, Luís (2015), “O Programa da Discórdia”, *Exame*, Julho 2015
- Hongo, Yutaka e Akio Hosono (2012), *ブラジルの不毛の大地「セラード」開発の奇跡 (a Miragre do Desenvolvimento no Cerrado, Terra Infertilizada no Brasi)*, Tokyo, Diamond, Inc.
- Ichinose, Atsushi (2004), *海に見える言葉 ポルトガル語の世界 (Da língua portuguesa vêem-se o mar e o mundo)*(japonês), Tokyo, Gendaishokan
- Ikegami, Kouichi (2015), “モザンビーク北部における大規模農業開発事業とランドグラブ (o Projecto Abrangente para o Desenvolvimento Agrícola no Norte Moçambicano e Expropriação de Terra)”, *Journal*

of African Studies-Kinki University, n°88

IMF (2016), “Heavily Indebted Poor Country (HIPC) Initiative”,

<http://www.worldbank.org/en/topic/debt/brief/hipc>, data de edição: 10.10.2016, consultado em 31.08.2017

IMF (2017), “World Economic Outlook”,

http://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD/AFQ ,

data de edição: 01.04.2017, consultado em 18.08.2017

JICA (s.a.a), “Japanese ODA Executing Agencies, History and Integration” (online), consultado em

28.08.2017, Disponível em: <https://www.jica.go.jp/english/about/history/index.html>,

JICA (s.a.b), “Public-Private Partnerships” (online), consultado em 18.09.2017, Disponível em:

https://www.jica.go.jp/english/our_work/types_of_assistance/partnership/index.html

JICA (s.a. c) “Activities in Mozambique-Development of Mozambique” (online), consultado em 11.09.2017,

Disponível em: <https://www.jica.go.jp/mozambique/english/activities/activitiy01.html>

JICA (s.a. d), “国別派遣員推移 (Transition of dispatches by country)” (online), consultado em 28.08.2017,

Disponível em: <https://www.jica.go.jp/volunteer/outline/publication/results/jocv.html#r01> (japonês)

JICA (s.a.e), “ODA Loan Project DATA-Mozambique”(online), consultado em 18.09.2017, Disponível em:

https://www2.jica.go.jp/en/yen_loan/index.php/module/search?anken_name=&area1=0&area2=0&area3=0&country1=95&country2=0&country3=0§ion1=0§ion2=0§ion3=0&industry1=0&industry2=0&industry3=0&chotatsu_kubun=0&from_year=&to_year=&submit=Search

JICA (2012), “日本、ブラジル、モザンビーク合同ミッションーナカラ回廊の農業への農業投資促進

を目指すー (Japan, Brasil, Mozambique Joint mission – Aim to Promote Agriculture Investment in

Nacala Corridor)”, https://www.jica.go.jp/topics/news/2012/20120514_02.html (japonês), data de edição:

14.05.2012, consultado em 18.09.2017

JICA (2014), “The Role of Japan’s ODA: Opinions Exchanged at Symposium Commemorating for 60th

Anniversary of Japan’s ODA” https://www.jica.go.jp/english/news/field/2014/141226_01.html, data de

edição: 26.12.2014, consultado em 18.08.2017

JICA (2015a), “Signing of First Japanese ODA Loan Agreement with Angola-Supporting energy sector

reform by the Government of Angola to promote foreign investment”,

https://www.jica.go.jp/english/news/press/2015/150817_01.html, data de edição: 17.08.2015, consultado em 09.09.2017

JICA (2015b), “JICA Annual Report 2015“ (online), consultado em 05.09.2017, Disponível em:

https://www.jica.go.jp/english/publications/reports/annual/2015/c8h0vm00009q82bm-att/2015_04.pdf

JICA (2017a), “Maps of JICA Major Projects”, [https://libportal.jica.go.jp/library/Data/PlanInOperation-](https://libportal.jica.go.jp/library/Data/PlanInOperation-e/Africa/630_Mozambique-e.pdf)

[e/Africa/630_Mozambique-e.pdf](https://libportal.jica.go.jp/library/Data/PlanInOperation-e/Africa/630_Mozambique-e.pdf), data de edição: 01.04.2017, consultado em 14.09.2017

JICA (2017b), “The Project for establishment of development model at communities' level under Nacala corridor agricultural development (ProSAVANA)”,

<http://gwweb.jica.go.jp/km/ProjectView.nsf/VIEWParentSearch/69A71CF77871E37C49257AFC0079D9E9?OpenDocument&pv=VW02040104>, data de edição: 19.08.2017, consultado em 18.09.2017

JICA (2017c), “Project for Improving Research and Technology Transfer Capacity for Nacala Corridor Agriculture Development”,

<http://gwweb.jica.go.jp/km/ProjectView.nsf/VIEWParentSearch/4464CF8056D0AD9B492577FF000CEC25?OpenDocument&pv=VW02040104>, data de edição: 03.05.2017, consultado em 18.09.2017

JICA *et. al* (2015) (orgs.), “PEDEC-NACALA Relatório Final de Estudo (Abril de 2015) ”(online),

consultado em 13.09.2017, Disponível em: http://libopac.jica.go.jp/images/report/12268199_01.pdf

- JICA, Mitsubishi UFJ Consulting Research (2013), “Report of Strategies and Action Plans for TICADV: Review of 20 years of TICAD” (online), consultado em 25.07.2017, Disponível em: http://open_jicareport.jica.go.jp/pdf/12149092.pdf
- Kasongo, Tukumbi Lumumba, *Japan-Africa Relations*, New York, Palgrave Macmillan
- Hirano, Katsumi (2012), “TICAD and the National Interest of Japan”, *Japanese Studies*, Vol. 32
- Komatsu (2017), “Komatsu Completes Assistance for Disposal Efforts of Landmines in Angola - Komatsu Press Release No. 024(2680)”, <http://www.komatsu.com/CompanyInfo/press/2017062614423309671.html>, data de edição: 26.07.2017, consultado em 13.08.2017
- Leitão, Luís (2015a), “O Programa da Discórdia”, *Exame*, Julho 2015
- Leitão, Luís (2015b), “Os Produtores Clamam pelo ProSAVANA”, *Exame*, Julho 2015
- MASA (2015), “Plano Director para o Desenvolvimento Agrário do Corredor de Nacala em Moçambique - Esboço Versão 0”(online), consultado em 16.09.2017, Disponível em: http://www.prosavana.gov.mz/wp-content/uploads/2015/09/1.Master_Plan_Draft_Zero_Main_Revisao1.pdf
- MINAG (s.a.), “Concept, Principles and Strategy of the Green Revolution in Mozambique” (online), consultado em 15.09.2017, Disponível em: http://fsg.afre.msu.edu/mozambique/caadp/Strategy_Green_Revolution_English%20final_021107_Eng_v2.pdf
- MINAG (2011), “Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) 2011-2020”(online), consultado em 16.07.2019, Disponível em: <https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d130876.pdf>
- MINAG (2016), “Report of the public hearing outcome of the ProSAVANA’s Draft Zero Master Plan” (online), consultado em 17.09.2017, Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/files/000196380.pdf>
- Mitsui & Co. (2016), “Mitsui to participate in Coal and Rail & Port Infrastructure Business in Mozambique”, https://www.mitsui.com/jp/en/release/2016/1220832_8910.html, data de edição: 30. 09. 2016, consultado em 11.09.2017
- Mochizuki, Katsuya (2007), “日本の対アフリカ開発援助—その受動性とイニシアチブ(Japanese Development Aid for Africa-its Passivity and Initiative)” (online), consultado em 27.08.2017, Disponível em: http://www.ide.go.jp/library/Japanese/Publish/Download/Kidou/pdf/2007_03_03_4_mochizuki_j.pdf (japonês)
- MoFA (1992), “Japan's Official Development Assistance Charter (Cabinet Decisions, June 30, 1992)” (online), consultado em 30.08.2017, Disponível em : <http://www.mofa.go.jp/policy/oda/summary/1999/ref1.html>
- MoFA (1998a), “The Second Tokyo International Conference on African Development”, em MoFA (1998) “Japan's ODA Annual Report (Summary) 1998” (online), consultado em 30.8.2017, Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/policy/oda/summary/1998/10.html>
- MoFA (1998b), “African Development Towards The 21st Century: The Tokyo Agenda for Action (as adopted on October 21, 1998)” (online), consultado em 04.08.2017, Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/africa/ticad2/agenda21.html>
- MoFA (2000), “Japan's Basic Position on the Debt Problem Faced by the Heavily Indebted Poor Countries (HIPC)s”, <http://www.mofa.go.jp/policy/oda/loanaid/debt0002.html>, data de edição: 29.02.2000, consultado em 18.09.2017

MoFA (2003a), “TICAD Tenth Anniversary Declaration”(online), consultado em 01.09.2017, Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/africa/ticad3/declaration.html>

MoFA (2003b), “Japan's Initiative for Assistance to Africa”(online), consultado em 01.09.2017, Disponível em :<http://www.mofa.go.jp/region/africa/ticad3/initiative.pdf>

MoFA(2003c), “JAPAN’S OFFICIAL DEVELOPMENT ASSISTANCE CHARTER (August 29, 2003 Government of Japan Ministry of Foreign Affairs Economic Co-operation Bureau” (online), consultado em 01.09.2017, Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/policy/oda/reform/revision0308.pdf>

MoFA (2005), “Record of Japan's International Peace Cooperation Activities based on the International Peace Cooperation Law (as of March 2005)” (online), consultado em 24.08.2017, Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/policy/un/pko/pamph2005-2.pdf>

MoFA (2007), “Japan's Official Development Assistance White Paper 2007-Chapter 1 Japan's Official Development Assistance in Terms of Disbursement” (online), consultado em 29.08.2017, Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2007/ODA2007/html/zuhyo/zu020041.htm>

MoFA(2008a), “YOKOHAMA DECLARATION” (online), consultado em 04.08.2017, Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/africa/ticad/ticad4/doc/declaration.pdf>

MoFA (2008b), “TICADIV Yokohama Action Plan” (online), consultado em 04.08.2017, Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/africa/ticad/ticad4/doc/actoin.pdf>

MoFA (2008c), “Progress Report by the G8 Africa Personal Representatives (APRs) on implementation of the Africa Action Plan” (online), consultado em 04.08.2017, Disponível em: http://www.mofa.go.jp/policy/economy/summit/2008/doc/pdf/0708_10_en.pdf

MoFA (2013a), “Fifth Tokyo International Conference on African Development (TICAD V)” (online), consultado em 04.08.2017, Disponível em: http://www.mofa.go.jp/region/page6e_000075.html

MoFA (2013b), “Japan’s Assistance Package for Africa at TICADV”(online), consultado em 25.08.2017, Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/files/000005505.pdf>

MoFA (2013c), “Prime Minister Abe’s Visit to Mozambique (Outline and Outcomes)”, http://www.mofa.go.jp/af/af2/mz/page18e_000044.html, data de edição: 13.01.2014, consultado em 11.09.2017

MoFA (2013c), “Agreement Between the Government of Japan and the Government of the Republic of Mozambique on the Reciprocal Liberalisation, Promotion and Protection of Investment” (online), consultado em 13.09.2017, Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/mofaj/files/000005929.pdf>

MoFA (2014a), “Japan and the United Nations”, (online), consultado em 27.08.2017, Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/files/000075164.pdf>

MoFA (2014b), “What is TICAD?”, <http://www.mofa.go.jp/region/africa/ticad/what.html> , data de edição: 15.04.2016, consultado em 24.08.2017

MoFA (2014c), “Prime Minister Abe’s Visit to Africa (Outline and Outcomes)”, http://www.mofa.go.jp/af/af1/page18e_000042.html, data de edição: 17.01.2014, consultado em 01.09.2017

MoFA(2014d), “JOINT COMMUNIQUÉ by the Prime Minister of Japan and the Prime Minister of Portuguese Republic (Lisbon, 2nd of May 2014)”, http://www.mofa.go.jp/erp/we/pt/page4e_000082.html, data de edição: 03.05. 2014, consultado em 13.09.2017

MoFA (2014e), “Prime Minister Abe’s Visit to Mozambique (Outline and Outcomes)”, http://www.mofa.go.jp/af/af2/mz/page18e_000044.html, data de edição: 13.01.2014, consultado em

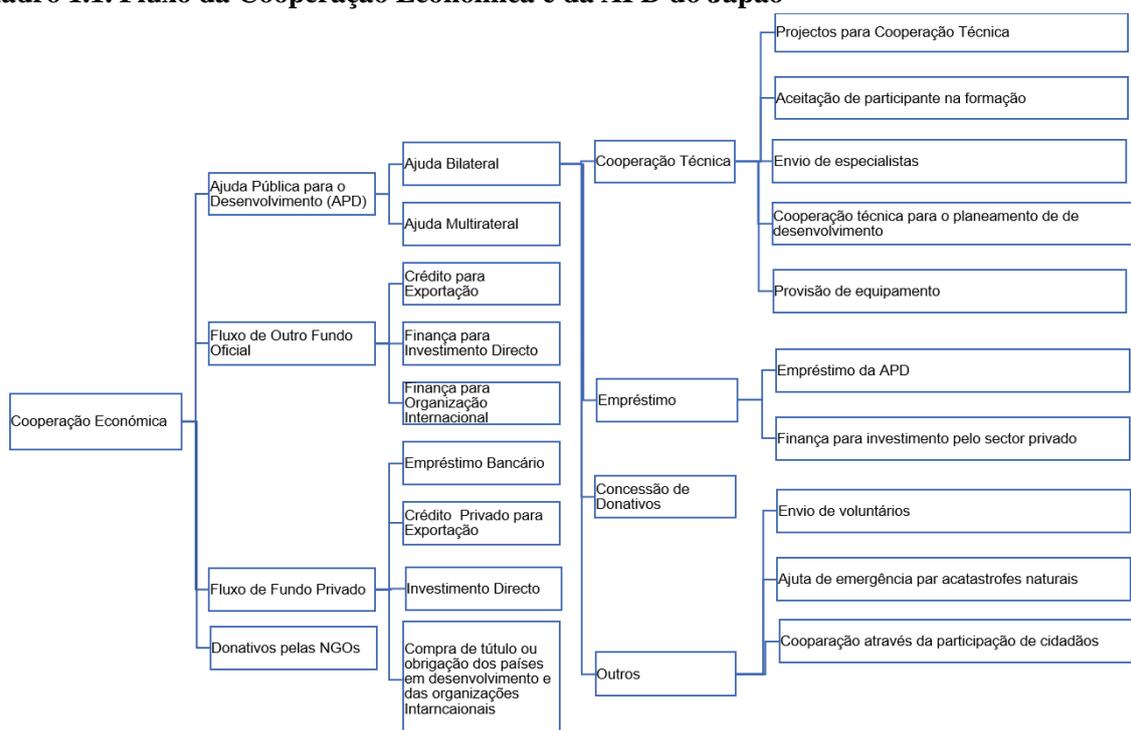
- 13.09.2017
- MoFA (2014f), “Joint Communiqué on the New Partnership “AMIZADE” between Japan and the Republic of Mozambique” (online), consultado em 18.09.2017, Disponível em:
<http://www.mofa.go.jp/mofaj/files/000023805.pdf>
- MoFA (2015a), “CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)”,
http://www.mofa.go.jp/erp/we/page22e_000745.html, data de edição: 02.09.2015, consultado em 13.09.2017
- MoFA (2015b), “The Track Record of Japan's ODA” (online), em MoFA (2015), “Japan's Official Development Assistance White Paper 2014 -Japan's International Cooperation”, consultado em 24.08.2017, Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/files/000119315.pdf>
- MoFA (2015c), “パブリック・コメントで寄せられた御意見と外務省の考え方(Opiniões Públicas (à nova Carta APD) e Comentários do MoFA)” (online), consultado em 24.08.2017, Disponível em:
<http://search.e-gov.go.jp/servlet/Public?CLASSNAME=PCMMSTDETAIL&id=350000107&Mode=2>
(japonês)
- MoFA(2015d), “Cabinet decision on the Development Cooperation Charter (February 10, 2015)” (online), consultado em 04.08.2017, Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/files/000067701.pdf>
- MoFA (2016a), “Sixth Tokyo International Conference on African Development (TICAD VI)”
http://www.mofa.go.jp/af/af1/page3e_000551.html, data de edição: 28.08.2016, consultado em 02.09.2017
- MoFA (2016b), “Prime Minister Shinzo Abe Attends the Japan-Africa Business Conference”,
http://www.mofa.go.jp/afr/af2/page4e_000503.html, data de edição: 28.08.2016, consultado em 02.09.2017
- MoFA (2016c), “政府開発援助（ODA）国別データ集 2016 (Official Development Assistance (ODA) Data by Regions 2016)”(online), consultado em 13.08.2017, Disponível em:
<http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/files/000247508.pdf#page=354> (japonês)
- MoFA (2016d), “Japan-Angola Relations (Basic Data)”,
<http://www.mofa.go.jp/region/africa/angola/data.html>, data de edição 18.03.2017, consultado em 13.08.2017
- MoFA (2016e), “Japan-Mozambique Relations (Basic Data)”,
<http://www.mofa.go.jp/region/africa/mozambique/data.html>, data de edição: 25.04.2016, consultado em 13.08.2017
- MoFA (2016f), “List of Japanese Companies / Organizations and MOUs (TICADVI MOU Ceremony, 28th August 2016)” (online), consultado em 28.08.2017, Disponível em:
<http://www.mofa.go.jp/files/000184147.pdf>
- MoFA (2016g), “Plano de desenvolvimento de actividades para a República de Moçambique”(online), consultado em 04.08.2017, Disponível em: <http://www.mz.emb-japan.go.jp/files/000194518.pdf>
- MoFA (2017a), “Japan-Mozambique Summit Meeting”,
http://www.mofa.go.jp/afr/af2/mz/page4e_000590.html, data de edição: 15.03.2017, consultado em 11.09.2017
- MoFA (2017b), “Japan-Sao Tome and Principe (Basic Data)”,
<http://www.mofa.go.jp/region/africa/stp/data.html>, data de edição: 06.06.2017, consultado em 11.09.2017
- MoFA (2017c), “Japan-Equatorial Guinea Relations (Basic Data)”,
http://www.mofa.go.jp/region/africa/eq_guinea/data.html, data de edição: 05.06.2017, consultado em 11.09.2017

- MoFA (2017d), “Annual Report of Statistics on Japanese Nationals Overseas (statistics as of October 1st,2016, by Consular Affairs Bureau, Consular Policy Division)”, consultado em 13.09.2017, Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/mofaj/files/000162699.pdf> (japonês)
- Morikawa Jun (1997), “Japan and Africa – Big Business and Diplomacy”, London, Hurst & Company, citado por Jun Morikawa (2005), *Japan and Africa after the Cold War*, African and Asian Studies, 4(4), pp.485-486
- Morikawa, Jun (2005), “Japan and Africa after the Cold War”, *African and Asian Studies*, Vol. 4
- Mosca, João (2010), “Dilemas da agricultura africana”(online), consultado em 16.09.2017, Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/1070>
- Mosca, João (2014), “Agricultura Familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas”, *Working papers CEsA/CSG* 2014, No.127
- Mozambique LNG (s.a.), “The Resource” (online), consultado em 14.09.2017, Disponível em: <http://www.mzlng.com/The-Project/The-Resource/>
- Ochiai, Takehiko (2001), “Beyond TICAD Diplomacy: Japan's African Policy and Initiatives in Conflict Response”, *African Study Monographs*, (Online), 22(1)
- OECD (s.a), “Distribution of net ODA” (online), consultado em 29.08.2017, Disponível em : <https://data.oecd.org/oda/distribution-of-net-oda.htm>
- OECD (2016), *Development Co-operation Report 2016: The Sustainable Development Goals as Business Opportunities*, Paris, OECD Publishing
- OECD (2017), “DEVELOPMENT AID AT A GLANCE STATISTICS BY REGION - 2. AFRICA - 2017 edition” (online), consultado em 13.09.2017, Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/stats/documentupload/Africa-Development-Aid-at-a-Glance.pdf>
- Okada, Kana Roman-Alcalá (2015), “The Role of Japan in Overseas Agricultural Investment: Case of ProSAVANA project in Mozambique”, Hague, BRICS Initiatives for Critical Agrarian Studies (BICAS)
- Pontos de Vista (2016), “Grande Entrevista a Murade Murargy, Secretário Executivo da CPLP”, *Pontos de Vista*, nº57
- Portal do Governo de Moçambique (s.a.), “Geografia de Moçambique”(online), consultado em 12.09.2017, Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Geografia-de-Mocambique>
- ProSAVANA (s.a.), “What is ProSAVANA”(online), consultado em 24.08.2017, Disponível em:<http://www.prosavana.gov.mz/what-isProSAVANA/>
- ProSAVANA (s.a..b), “Library”(online), consultado em 17.09.2016, Disponível em : <http://www.prosavana.gov.mz/portfolio-items/disclosure-of-the-master-plan-draft-zero/>
- Público (2016), “CPLP quer ser potência económica mundial em três décadas”, <https://www.publico.pt/2016/11/24/politica/noticia/cplp-quer-ser-potencia-economica-mundial-em-tres-decadas-1752509>, data de edição:24.11.2016 (20:17), consultado em 16.09.2017
- Raposo, Pedro Amakasu (2014a), *Japan's Foreign Aid Policy in Africa: Evaluating the TICAD Process*, New York, Palgrave Macmillan
- Raposo, Pedro Amakasu (2014b), *Japan's Foreign Aid to Africa, Angola and Mozambique within the TICAD process*, New York, Routledge
- Raposo, Pedro Amakasu (2017), “Expectations and Implications of Japan's ‘New’ Oda Charter for Lusophone Africa Under TICAD Process”, *Working papers CEsA/CSG* 2017, nº153
- Sato, Makoto (2005), “Japanese Aid Diplomacy in Africa: An Historical Analysis”, *Ritsumeikan Annual Review of International Studies*, Vol. 4

- Sato, Makoto e Alden, Chris (2004), *La diplomatie japonaise de l'aide et l'Afrique*, Afrique contemporaine, 212(4), citado por Scarlett Cornelissen (2012), *Selling Africa: Japan's G8 Politics and Its Africa Diplomacy*, Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations, 18(4), p.463
- Seabra, Pedro (2011), "Japan and Lusophone Africa: tepid outcomes, greater opportunities?", *Portuguese Journal of International Affairs*, 9-23
- Sousa Jr., Fernando de (2013), "O Nacionalismo Africano no Caminho para a Democracia: A Transição do Poder Colonial para o Partido Único nos PALOP", *working papers CEsA/CSG 2013*, nº119
- Sumitomo Corporation (2017), "Contract Signing with Mozambique's Public Power Company for Construction of Gas-fired Combined Cycle Power Plant", <http://www.sumitomocorp.co.jp/english/news/detail/id=29812>, data de edição: 16.03.2017, consultado em 11.09.2017
- Takahashi, Motoki (2017), "TICAD の変遷と世界 – アフリカ開発における日本の役割を再考する - (Changes in TICADs and the World – Reconsidering for the Role of Japan in African Development)" (japonês), *Africa Report 2017*, nº 55
- The Japan Times(2013), "The evolution of Japan-Africa relations through TICAD", <https://www.japantimes.co.jp/news/2013/03/30/national/the-evolution-of-japan-africa-relations-through-ticad/>, data de edição 30.03.2013, consultado em 24.08.2017
- The World Bank (s.a.), "Poverty headcount ratio at national poverty lines (% of population) – Mozambique" (online), consultado em 13.09.2017, Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.NAHC?locations=MZ>
- The World Bank (2008), *World Development Report 2008 – Agriculture for Development*, Washington DC, The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank
- The World Bank (2017), "World Development Indicators", <http://wdi.worldbank.org/table/2.1>, data de edição: 01.07.2017, consultado em 18.08.2017
- The World Bank in Mozambique (s.a.), "Overview" (online), consultado em 13.09.2017, Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/country/mozambique/overview>
- UFJ Institut, JETRO (2005), "The Role of Technical Assistance in Private Sector Development in Southern Africa Final Report (2volumes) – VolumeI- (Report on South Africa, Zambia, Tanzania, Madagascar, Malawi, Angola, Mozambique and SACU/SADC)", Japan International Cooperation Agency, nº115
- UN (s.a.a), "Millennium Summit (6-8 September 2000)" (online), consultado em 18.08.2017. Disponível em: http://www.un.org/en/events/pastevents/millennium_summit.shtml
- UN (s.a.b), "Sustainable Development Goals" (online), consultado em 18.08.2017. Disponível em: <http://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>
- UNAC (2012), "Mega projecto brasileiro poderá deslocar milhões de camponeses em Moçambique", <https://www.grain.org/article/entries/4628-mega-projecto-brasileiro-podera-deslocar-milhoes-de-camponeses-em-mocambique>, data de edição:29.11.2012, consultado em 16.09.2017 * artigo foi publicado originalmente no jornal *Brasil de Facto* em 29.11.2012
- UNCDP (2017), "List of Least Developed Countries (as of June 2017)" (online), consultado em 18.08.2017, Disponível em: https://www.un.org/development/desa/dpad/wp-content/uploads/sites/45/publication/ldc_list.pdf
- UN-DESA (1999), "Tokyo Declaration on African Development -Towards the 21st Century", <http://www.un.org/esa/africa/1993tokyoE.html>, data de edição: 14.12.1999, consultado em 13.07.2017

ANEXO

Quadro 1.1. Fluxo da Cooperação Económica e da APD do Japão



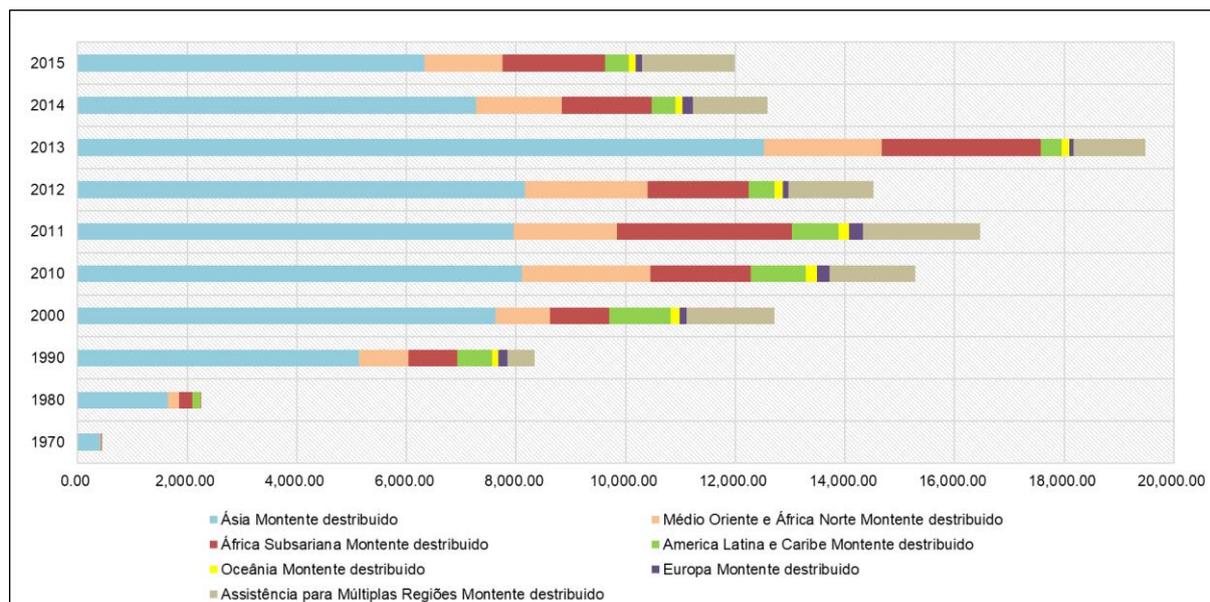
(JICA (2015), “JICA Annual Report 2015“ (online), consultado em 05.09.2017, Disponível em:

https://www.jica.go.jp/english/publications/reports/annual/2015/c8h0vm00009q82bm-att/2015_04.pdf)

Quadro 1.2. Volume da APD Bilateral por Regiões (1970 a 2015) (milhão USD)

Região	Ásia		Médio Oriente e África Norte		África Subsariana		America Latina e Caribe	
Ano	Montante distribuido	Ratio (%)	Montante distribuido	Ratio (%)	Montante distribuido	Ratio (%)	Montante distribuido	Ratio (%)
1970	419,37	94,4	13,45	3,0	8,19	1,8	2,34	0,5
1980	1.648,27	72,8	199,64	8,8	243,71	10,8	133,06	5,9
1990	5.140,05	61,7	898,16	10,8	887,34	10,6	637,58	7,7
2000	7.630,81	60,1	990,11	7,8	1.078,57	8,5	1.120,46	8,8
2010	8.106,17	53,1	2.339,90	15,3	1.835,29	12,0	1.005,55	6,6
2011	7.963,11	48,4	1.873,82	11,4	3.194,46	19,4	851,58	5,2
2012	8.156,94	56,2	2.240,45	15,4	1.843,85	12,7	474,94	3,3
2013	12.526,35	64,3	2.146,29	11,0	2.896,49	14,9	387,51	2,0
2014	7.271,26	57,8	1.559,74	12,4	1.643,27	13,1	434,23	3,5
2015	6.333,08	52,8	1.420,53	11,8	1.866,98	15,6	437,76	3,7

Região	Oceânia		Europa		Assistência para Múltiplas Regiões		APD bilateral Total	
Ano	Montante distribuido	Ratio (%)	Montante distribuido	Ratio (%)	Montante distribuido	Ratio (%)	Montante distribuido	Ratio (%)
1970	0,01	0,0	0,01	0,0	1,07	0,2	444,43	100,0
1980	14,72	0,7	1,94	0,1	23,18	1,0	2.264,52	100,0
1990	116,38	1,4	159,58	1,9	493,91	5,9	8.332,96	100,0
2000	167,00	1,3	128,57	1,0	1.591,64	12,5	12.707,18	100,0
2010	196,87	1,3	232,45	1,5	1.562,14	10,2	15.278,36	100,0
2011	184,71	1,1	256,68	1,6	2.136,24	13,0	16.460,59	100,0
2012	152,41	1,1	93,90	0,6	1.552,55	10,7	14.515,03	100,0
2013	141,48	0,7	64,00	0,3	1.314,57	6,7	19.476,68	100,0
2014	128,06	1,0	192,37	1,5	1.353,07	10,8	12.581,99	100,0
2015	129,11	1,1	111,78	0,9	1.693,88	14,1	11.993,13	100,0



(MoFA (2016), “White Paper on Development Cooperation 2016, Chart II-2 Trends in Japan's Bilateral ODA by Region” (online), consultado em 08.10.2017, Disponível em: http://www.mofa.go.jp/policy/oda/page22e_000816.html)

Quadro 2.1. APD Bilateral Japonesa para os PALOP (2005-2015) (milhões USD)

	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Guine Equatorial	Moçambique	São Tomé Príncipe
2005	26,30	2,83	0,03	0,09	14,77	1,53
2006	12,41	2,53	0,04	0,01	106,83	0,03
2007	23,10	1,89	1,08	0,01	27,77	3,11
2008	17,75	5,29	5,83	0,09	23,72	7,22
2009	6,76	17,78	9,43	0,10	60,67	0,42
2010	37,62	17,40	16,11	0,32	62,85	3,60
2011	11,42	26,54	9,78	0,32	48,49	3,54
2012	13,79	12,64	6,62	0,07	70,30	3,70
2013	15,17	15,56	5,65	0,04	98,37	2,72
2014	8,00	11,01	8,03	-	85,28	2,46
2015	197,30	18,19	3,49	0,02	62,65	1,53
Total (Cumulativo)	557,98	234,72	140,02	11,72	1.317,85	63,91

Notas: Os valores são baseados nas estatísticas da OCDE/CAD (*ODA Net disbursement*). Devido ao arredondamento, o valor total cumulativo pode não corresponder.

(MoFA(2006), “Japan's ODA White Paper 2006, Chart III-15 Breakdown of Disbursements by Country and Type (MiddleEast and Africa)” (online), Disponível em:

<http://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2006/ODA2006/html/zuhyo/zu030152.htm>;

MoFA (2007), “ODA White Paper 2007” (online), Disponível em:

<http://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2007/ODA2007/html/zuhyo/zu030151.htm>;

MoFA (2008), “Japan's ODA White Paper 2008, Chart IV-14. Breakdown of Disbursements by Country and Type” (online), Disponível em:

<http://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2008/html/ODA2008/html/zuhyo/zu040141.htm>;

MoFA (2009), “Japan's ODA White Paper 2009, Chart II-12. Japan's Assistance in the African Region” (online), Disponível em: http://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2009/html/zuhyo/zuhyo2_12.html;

MoFA (2010), “Japan's ODA White Paper 2010, Chart III-14. Japan's Assistance in the African Region” (online), Disponível em: http://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2010/html/zuhyo/zuhyo3_14.html;

MoFA (2011), “Japan's ODA White Paper 2011, Statistics and Reference Materials, Section 3 Disbursements by Country” (online), Disponível em: http://www.mofa.go.jp/policy/oda/white/2011/html/honbun/b4/s2_03.html;
 MoFA (2016), “ODA Data book 2016” (online), Disponível em:
<http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/files/000247508.pdf#page=492> (japonês), consultados em 05.10.2017)

Quadro 2.2. Objectivos Principais da APD Japonesa para os PALOP

Países (Ordem Alfabética)	Objectivos Principais da APD no País
Angola	(i) Apoio ao desenvolvimento económico (formação profissional, infra-estruturas principais e agricultura); (ii) Manutenção da paz (reintegração social de ex-soldados e refugiados, desminagem e gestão do Governo); (iii) Segurança humana (saúde, medicina e alimentação).
Cabo Verde	(i) Apoio ao melhoramento da base económica (electricidade, recursos hídricos); (ii) Apoio ao melhoramento da infraestrutura social (estabilização do sistema social através de implemento das medidas contra as mudanças climáticas).
Guiné-Bissau	Ainda não está formulado o plano para Guiné-Bissau. No entanto, o Governo japonês anuncia que irá apoiar a redução da pobreza, segurança nacional, e consolidação da paz, baseando na negociação com o Governo da Guiné, que formulou o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Nacional em Março de 2015. Neste plano, o Governo guineano assenta cinco áreas prioritárias: (i) paz e governança; (ii) biodiversidade e recursos naturais; (iii) infra-estruturas e desenvolvimento urbano; (iv) formação de recursos humanos; e (v) ambiente empresarial.
São Tomé Príncipe	O Governo japonês apoia o fortalecimento de acesso aos serviços básicos tais como educação, saúde, e segurança alimentar, cujas áreas são consideradas como áreas prioritárias pelo Governo de São Tomé, através de concessão de donativos, centralizada em assistência de emergência, cooperação técnica, e assistência para os projectos comunitários e de segurança humana.
Guiné Equatorial	O Governo japonês apoia o desenvolvimento da capacidade do país, dando mais prioridade nas áreas tais como governança, desenvolvimento do sector privado, agricultura, pesca, e ambiente. Baseando-se no programa nacional de desenvolvimento designado “Horizon 2020”, o Japão apoia formação de recursos humanos no alto nível, continuando a aceitar os estagiários guinéu-equatoriano no Japão. Além disso, irá procurando a possibilidade do apoio no âmbito de cooperação pública-privada para promover atividades das empresas japonesas.
Moçambique	(i) Revitalização económica regional incluindo o desenvolvimento de corredores (desenvolvimento da infraestrutura social, construção e reformação de estradas e pontes, desenvolvimento agrário); (ii) Desenvolvimento humano (formação na área de saúde e educação, melhoramento de acesso aos serviços de saúde); (iii) Medidas à prevenção de desastres naturais e às mudanças climáticas (melhoramento de equipamentos, transferência tecnológica relacionada à preservação, apoio à criação de sistema de monitoramento, desenvolvimento e fortalecimento de observação meteorológica).

(MoFA (2016), “ODA Data book 2016” (online), consultado em 14.09.2017, Disponível em:
<http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/files/000247508.pdf#page=492> (japonês))

Quadro 3.1. Plano Estratégico para o Desenvolvimento em Moçambique (actualizado em Abril de 2016)

Política básica (maior meta)	Promoção do crescimento económico sustentável e redução da pobreza utilizando as potencialidades existentes	
Área prioritária 1 (meta intermediária)	Revitalização económica regional incluindo o desenvolvimento de corredores	
	<p>Meta de desenvolvimento 1-1 (metamenor)</p> <p>Apoio ao desenvolvimento dos corredores</p>	<p>[Condições actuais e desafios] A economia da África Austral depende da exportação de recursos e do comércio, sobretudo com a República da África do Sul, mas para revitalizar-se, a economia regional e desenvolver-se os corredores de desenvolvimento, é preciso diversificar a economia regional e acelerar o seu crescimento, principalmente, melhorando as infraestruturas das regiões próximas aos corredores.</p> <p>Os portos de Moçambique, são utilizados pelos países do hinterland, tais como o Malawi, Zâmbia e Zimbabwe, da mesma forma as estradas que ligam esses países ao Porto de Nacala. O distinto Porto de Maputo, todos, são bastante importantes, sendo chamados de Corredores (de Desenvolvimento) Económicos.</p> <p>A melhoria dessas estradas principais e a promoção do desenvolvimento de regiões próximas são um importante desafio, que contribuirá não só para o crescimento económico de Moçambique, assim como para o crescimento dos países do <i>hinterland</i> (Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, etc.).</p> <p>[Política de resposta do Japão aos desafios de desenvolvimento] Serão realizadas as seguintes abordagens em relação aos desafios de desenvolvimento:</p> <p>(1) Melhoria da infraestrutura social dos corredores e das regiões circunvizinhas;</p> <p>(2) Verificação das potencialidades de desenvolvimento das regiões vizinhas aos corredores e apoio à promoção de desenvolvimento.</p> <p>Programas: Programa de desenvolvimento e reabilitação do Corredor de Nacala; Programa de desenvolvimento e reabilitação do Corredor de Maputo</p>
	<p>Meta de desenvolvimento 1-2 (meta menor)</p> <p>Desenvolvimento da agricultura</p>	<p>[Condições actuais e desafios] É grande a importância social do sector agrário, pois cerca de 80% da população activa de Moçambique exerce a agricultura. Entretanto, 95% dos produtores são pequenos-produtores, que exercem agricultura de subsistência com baixa tecnologia, baixo investimento e baixa produção, sendo muito baixo também o seu rendimento.</p> <p>Além disso eles são vulneráveis a calamidades naturais, tais como cheias e secas, há uma grande variação dos resultados da produção, o que afecta negativamente a sua vida. Portanto, a abordagem para o desenvolvimento do sector agrário representa a chave para atingir-se a meta de redução da pobreza.</p> <p>[Política de resposta do Japão aos desafios de desenvolvimento] (1) Melhoria do rendimento dos produtores: sob a perspectiva de redução da pobreza e garantia da segurança alimentar, com vista a melhoria de vida e do rendimento dos produtores e aumento da produtividade agrícola, apoiar na fixação e orientação da tecnologia agrícola e na aplicação de métodos de gestão agrícola adequados, fortalecimento da organização e sistema dos produtores, aumento da capacidade dos extensionistas, desenvolvimento e</p>

		<p>fortalecimento do sistema de difusão existente, tendo-se como alvo os pequenos-produtores das zonas rurais;</p> <p>(2) Apoio para melhorar a capacidade do governo local na área de desenvolvimento da agricultura e da zona rural: realizar a formação de pessoal a nível local e central, com vista o desenvolvimentoglobal da comunidade;</p> <p>(3) Apoio ao aumento da produção e produtividade do arroz: apoiar a produção de arroz valendo-se da vasta experiência do Japão e através das actividades da "Coligação para o Desenvolvimento do Cultivo do Arroz em África (CARD)" no âmbito de apoio ao aumento da produtividade agrícola, considerando inclusive a introdução do cultivo do arroz Nerica .</p>
	<p>Meta de desenvolvimento 1-3 (meta menor)</p> <p>Desenvolvimento da indústria</p>	<p>[Condições actuais e desafios]</p> <p>São urgentes as abordagens concretas para a promoção do crescimento económico sustentável, tais como, a promoção da indústria e melhoria da infraestrutura económica.</p> <p>Para promover-se a indústria, serão realizados: formação da indústria regional, através do programa "Cada Distrito Um Produto", o desenvolvimento do turismo e o apoio à remoção de minas que continuam soterradas mesmo passados 20 anos, desde o fim da guerra civil. Para melhorar-se a infraestrutura económica, é preciso melhorar as infraestruturas básicas (principalmente estradas e pontes) pois há muitas áreas sem pavimento e sem as necessárias estruturas. O sector de turismo de Moçambique possui alta potencialidade e é alta a expectativa de que ele passe a desempenhar um papel importante para promoção da economia nacional, criando oportunidade de emprego e contribuindo para promoção de investimentos.</p> <p>Além disso, através da influência mútua com o movimento "Uma Vila Um Produto" nas zonas rurais, espera-se fortalecer a cooperação entre o Governo central e local e beneficiar as zonas rurais, num todo. Na área de estradas e pontes, o Governo adoptou a política para promover de modo positivo, a construção, manutenção e gestão de estradas através da Estratégia do sector de estradas e melhorar as linhas férreas, portos e rede de energia eléctrica.</p> <p>Espera-se que a melhoria das estradas principais e portos e a promoção do desenvolvimento das regiões circunvizinhas, contribuam não somente para Moçambique, mas também para o crescimento económico dos países do <i>hinterland</i>.</p> <p>[Políticas de resposta do Japão aos desafios de desenvolvimento] Serão realizadas as seguintes abordagens, em relação aos desafios de desenvolvimento:</p> <p>(1) Promover a criação de oportunidade de emprego e formação da indústria regional através do projecto "Cada Distrito Um Produto" e desenvolvimento do turismo;</p> <p>(2) Transferência tecnológica para criar-se um ambiente propício para o investimento, a fim de incentivar empresas japonesas a investirem na República de Moçambique;</p> <p>(3) Desenvolvimento da infraestrutura económica, tal como, estradas, pontes e portos;</p> <p>(4) Apoio à acção de remoção de minas (anti-pessoais).</p>
Área prioritária 2 (meta intermediária)	Desenvolvimento humano	

	<p>Meta de desenvolvimento 2-1 (meta menor)</p> <p>Saúde /tratamento médico</p>	<p>[Condições actuais e desafios]</p> <p>Para melhorar-se o acesso da população aos serviços médicos e de saúde, estão a ser construídas e melhoradas instalações hospitalares, mas há grande falta de pessoal médico capacitado para oferecer bons serviços em Moçambique. Como consequência, o problema de qualidade desses serviços, é grave. É um desafio urgente, criar-se uma estrutura para formar pessoal de saúde com conhecimento e habilidade adequados, pois actualmente está até em falta um currículo unificado nas escolas de formação de pessoal saúde (excepto médicos).</p> <p>É também desafiante, aumentar a sensibilização para a prevenção de HIV/SIDA nas regiões com alta taxa de infecção, pois consta que, em Moçambique a taxa de infecção varia de região para região.</p> <p>[Política de resposta do Japão aos desafios de desenvolvimento]</p> <p>Serão realizadas as seguintes abordagens, em relação aos desafios de desenvolvimento:</p> <p>(1) Melhoria dos serviços médicos e formação de pessoal, focalizando os centros (institutos) de formação de pessoal de saúde;</p> <p>(2) Actividades IEC para a sensibilização contra HIV/SIDA;</p> <p>(3) Transferência tecnológica para a manutenção e gestão de aparelhos e equipamentos médicos.</p>
	<p>Meta de desenvolvimento 2-2 (meta menor)</p> <p>Educação</p>	<p>[Condições actuais e desafios]</p> <p>O Governo de Moçambique concentrou esforços para melhorar o acesso ao ensino primário, que é um dos propósitos dos ODM e como resultado atingiu 95.5% de taxa líquida de frequência escolar em 2010. Mas o número de professores não conseguiu acompanhar o aumento do número de escolas primárias e de alunos e para atendê-los, o Governo diminuiu a duração dos cursos de formação de professores e contratou professores sem qualificação.</p> <p>Como resultado, o baixo nível de preparação dos professores tornou-se um grave problema e é agora um desafio urgente, fortalecer os cursos para melhorar o nível dos novos professores e dos professores em exercício. Além disso, devido ao aumento do acesso ao ensino primário e secundário, o número de alunos por sala de aula rapidamente aumentou, torna-se um desafio urgente, construir mais edifícios escolares.</p> <p>[Política de resposta do Japão aos desafios de desenvolvimento]</p> <p>Serão realizadas as seguintes abordagens, em relação aos desafios de desenvolvimento:</p> <p>(1) Melhoramento do ensino primário;</p> <p>(2) Fortalecimento do sistema de capacitação dos professores em exercício;</p> <p>(3) Construção de escolas.</p>
	<p>Meta de desenvolvimento 2-3 (meta menor)</p> <p>Abastecimento de água / saneamento</p>	<p>[Condições actuais e desafios]</p> <p>É desafio urgente, melhorar o saneamento e as instalações de abastecimento de água nas áreas com dificuldade de acesso à água potável, essencial à vida humana. Também é preciso tomar medidas de acordo com o Desenvolvimento do Sector de Águas em África (principalmente a criação de instalações de abastecimento de água para fornecer água potável de forma segura para 6,5 milhões de pessoas), conforme determinado no TICAD IV.</p> <p>[Política de resposta do Japão aos desafios de desenvolvimento]</p> <p>Serão realizadas as seguintes abordagens em relação aos desafios de desenvolvimento:</p> <p>Difusão/Propagação das instalações de saneamento e abastecimento de</p>

		água potável.
Área prioritária 3 (meta intermediária)	Medidas relacionadas à prevenção de desastres naturais e às mudanças climáticas	
	<p>Meta de desenvolvimento 3 (meta menor)</p> <p>Meio ambiente / medidas contra as mudanças climáticas</p>	<p>[Condições actuais e desafios]</p> <p>No PARP, que é o plano de desenvolvimento do Governo de Moçambique, medidas relacionadas à prevenção de desastres e às mudanças climáticas são consideradas um dos desafios prioritários transsectoriais. São necessários apoios para concretizar simultaneamente o crescimento económico e a redução da emissão de gases de efeito estufa, o que contribui para a estabilização do clima e apoio às medidas contra os danos que tornam-se cada vez mais graves. Além disso, Moçambique possui recursos florestais valiosos. É necessário tomar-se medidas relacionadas às mudanças climáticas e ambientais, principalmente, promovendo a sua preservação.</p> <p>Moçambique é muito vulnerável a calamidades naturais; as cheias de Março de 2010, o ciclone de Janeiro de 2012 e as cheias de Janeiro de 2013 e 2015, não só prejudicaram a vida das pessoas, como também destruíram parte da infraestrutura agrícola e energia, afectando e prejudicando gravemente as actividades industriais. Portanto, a gestão de riscos de calamidades naturais e melhoramento da capacidade de prevenção de acidentes por catástrofes naturais, é um grande desafio. É importante compreender-se o mecanismo e a causa dos desastres naturais.</p> <p>Especialmente a transmissão rápida e correcta dos dados de observação meteorológica, contribuiria para a prevenção de desastres, desta feita, a criação dessa estrutura é um desafio urgente. Nas zonas urbanas, a poluição ambiental é uma das causas da deterioração das funções urbanas; é necessário fortalecer-se as medidas ambientais, a começar pelo tratamento de resíduos.</p> <p>[Política de resposta do Japão aos desafios de desenvolvimento]</p> <p>Serão realizadas as seguintes abordagens, em relação aos desafios de desenvolvimento:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) Transferência de tecnologias de preservação florestal, especialmente através de um Perito/Conselheiro para o fortalecimento da capacidade de gestão florestal; (2) Fortalecimento da capacidade de gestão florestal e melhoramento de equipamentos de gestão florestal; (3) Doação de equipamentos e transferência tecnológica para fortalecer a capacidade de prevenção de desastres naturais; (4) Melhoramento da qualidade ambiental nas zonas urbanas.

(MoFA (2016), “Plano de desenvolvimento de actividades para a República de Moçambique”(online), consultado em 04.08.2017, Disponível em: <http://www.mz.emb-japan.go.jp/files/000194518.pdf>)

Quadro 3.2. Orçamentos da APD Japonesa para Moçambique (2011-2015) (JPY bilhões)

Ano	Empréstimos	Concessão de Donativos	Cooperação Técnica	Total
2011	-	15,89	26,05	41,94
2012	78,89	50,94	22,80	152,63
2013	204,42	11,31	28,25	243,98
2014	-	43,72	32,07	75,79
2015	292,35	57,85	29,57	379,77
Total (Cumulativo)	704,26	1.044,33	274,29	2.022,88

Nota1: Os valores anuais de Empréstimo e de Concessão de Donativos são baseados no montante acordado através de troca das cartas oficiais e realmente atribuído dentro de cada ano fiscal. Os valores anuais de Empréstimos contêm os valores de Eméstimos devolvidos de Moçambique.

Nota 2: O valor total cumulativo de Eméstimo pode inferior a 0 USD por causa de alteração do valor de câmbio.

Nota 3: A cooperação técnica é feita não só pela JICA, mas também pelos Ministérios titulares e governos locais.

Nota 4: Devido ao arredondamento, o valor total cumulativo pode não corresponder.

(MoFA (2016), “ODA Data book 2016” (online), consultado em 14.09.2017, Disponível em:

<http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/files/000247508.pdf#page=492> (japonês), p.477- 478)

Quadro 3.3. Distribuição do Orçamento para o Programa de Desenvolvimento do Corredor de Nacala (actualizado em Abril de 2016) (JPY bilhões)

Nome e Sumário do programa de Cooperação	Nome do projecto	Valor da assistência (esquema)	Observação
Programa de desenvolvimento e reabilitação do Corredor de Nacala (obs.) / Desenvolver a infraestrutura social, construir e reformar estradas e pontes do Corredor de Nacala e das regiões próximas e realizar apoio compreensivo, tais como desenvolvimento agrário da região do corredor através, de educação e de saúde	Projecto de melhoramento da estrada Nampula-Cuamba	59,78 (Empréstimo)	Co-financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento.
	Projecto de melhoramento da estrada Mandimba-Lichinga	67,73 (Empréstimo)	
	Projecto de construção de pontes na estrada Ile-Cuamba	38,05 (Não-reembolsado)	
	Projecto da estrada Montepuez-Lichinga	32,82 (Empréstimo)	Co-financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento.
	Estudo preparatório do projecto de Construção das Pontes na N380 na Província de cabo Delgado	- (Estudo preparatório)	
	Estudo preparatório do projecto de Melhoramento das estradas no Corredor de Nacala	- (Estudo preparatório)	
	Projecto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e de Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento da Agricultura no Corredor de Nacala	6,00 (Coop. Técnica)	Programa de cooperação Japão-Brasil (ProSAVANA-PI).
	Apoio à elaboração do plano director para o desenvolvimento agrário do Corredor de Nacala	4,80 (Plano de Desenvolvimento)	Programa de cooperação Japão-Brasil (ProSAVANA-PD).
	Projecto de criação de modelos de desenvolvimento agrário ao nível	12,00 (Coop. Técnica)	Programa de cooperação Japão-Brasil (ProSAVANA-

	das comunidades com a melhoria do serviço de extensão agrária com vista ao desenvolvimento agrário no Corredor de Nacala		PEM).
	Projecto de melhoramento do Porto de Nacala	3,01 (Coop. Técnica)	Cooperação tecnológica reembolsável.
	Desenvolvimento do Porto de Nacala	(Perito individual (empréstimo))	
	Desenvolvimento do Porto de Nacala	(Curso focalizado por país (empréstimo))	
	Projecto de reabilitação emergencial do Porto de Nacala	32,00 (Não-reembolsável)	
	Projecto de desenvolvimento do Porto de Nacala(Fase I)	78,90 (Empréstimo)	
	Projecto de desenvolvimento do Porto de Nacala(Fase II)	292,35 (Empréstimo)	
	Reforço Transmissão e Distribuição no Corredor de Nacala	20,12 (Não-reembolsável)	
	Estudo preparatório do Projecto para Reforço, Transmissão e Distribuição no Corredor de Nacala	- (Estudo preparatório)	
	Peritos para a melhoria da planta de geração de energia para Moçambique Norte	(Perito individual)	Cooperação tecnológica reembolsável.
	Construção do Instituto de Ciências de Saúde de Nacala	21,21 (Não-reembolsável)	
	Projecto de Sustentabilidade de Água e Saneamento da província do Niassa	7,61 (Coop. Técnica)	
	Projecto de elaboração da estratégia de desenvolvimento económico do Corredor de Nacala, República de Moçambique	12,46 (Plano de desenvolvimento)	Projecto de estratégia de novo crescimento

Notas: "estudo preparatório" (= todos os estudos preparatórios para a cooperação); "Coop. Técnica" (= projecto de cooperação técnica); "plano de desenvolvimento" (= cooperação técnica do esquema estudo do plano de desenvolvimento e o então estudo de desenvolvimento); "perito individual", "curso focalizado no país" (= curso por tema e curso para jovens); "Não-reembolsável" (= todos os projectos de cooperação financeira não-reembolsável exceptuando-se os sub-esquemas abaixo); "empréstimo" (empréstimo em Iene Japonês).

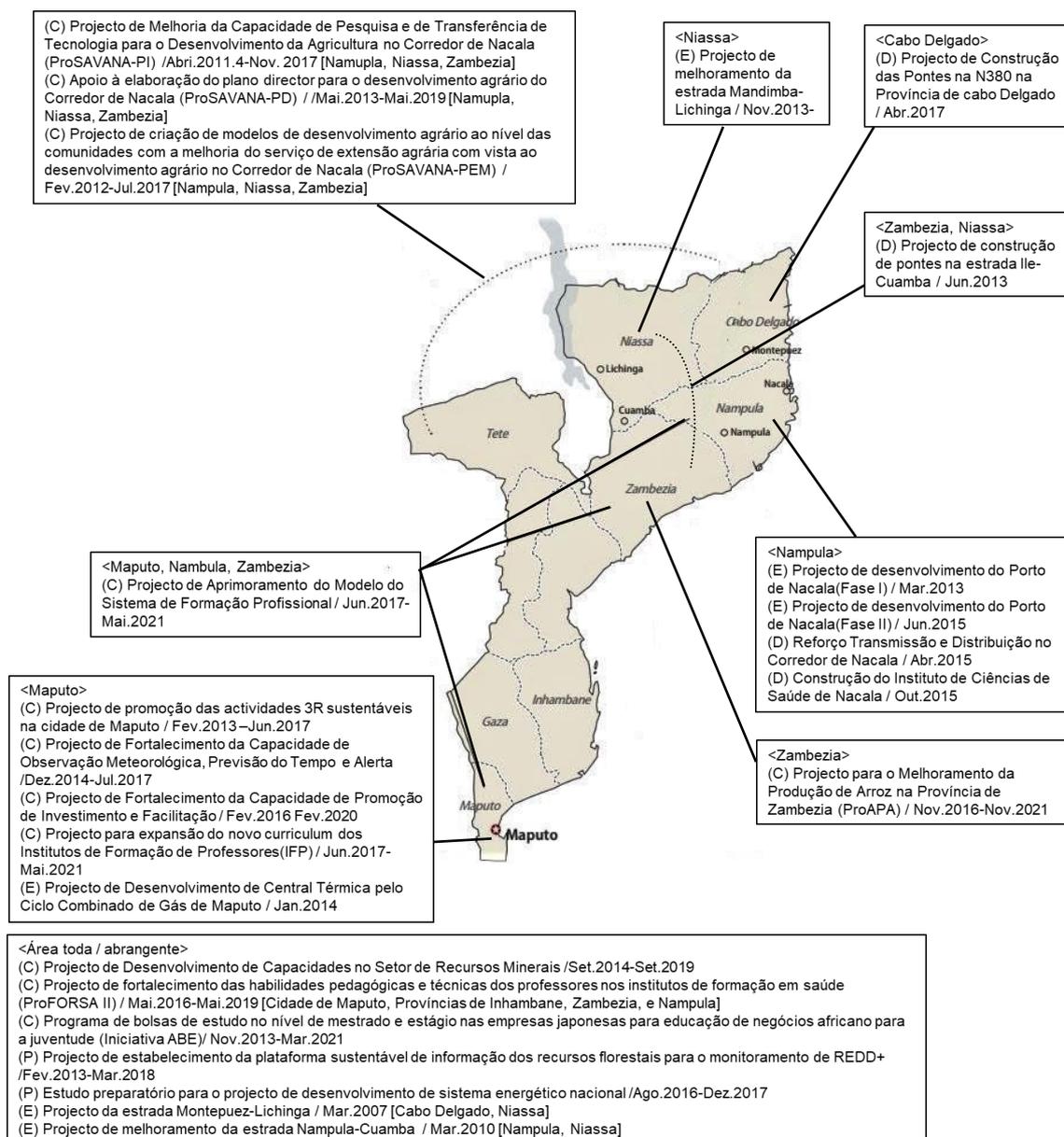
(MoFA (2016), "ODA Data book 2016"(online),

<http://www.mofa.go.jp/mofaj/gaiko/oda/files/000247508.pdf#page=492> (japonês), p.477- 478,

<http://www.mofa.go.jp/files/000142642.pdf> (inglês), consultados em 29.08.2017;

MoFA (2016), "Plano de desenvolvimento de actividades para a República de Moçambique"(online), consultado em 04.08.2017, Disponível em: <http://www.mz.emb-japan.go.jp/files/000194518.pdf>)

Quadro 3.4. Mapa da Cooperação Económica do Japão em Moçambique pela JICA



Nota 1: (C) Cooperação Técnica; (E) Empréstimo; (D) Concessão de Donativos; (P) Cooperação Técnica para Planeamento de Desenvolvimento/Pesquisa de Desenvolvimento.

Nota 2: Os prazos -as datas de assinatura aos acordos relativos aos projectos e as datas previstas de termino dos projectos; As datas -as datas de assinatura aos acordos relativos aos projectos.

(JICA (2017), “Maps of JICA Major Projects”, https://libportal.jica.go.jp/library/Data/PlanInOperation-e/Africa/630_Mozambique-e.pdf, data de edição: 01.04.2017, consultado em 14.09.2017)